

2º CICLO DE ESTUDOS

MESTRADO EM ENSINO DE HISTÓRIA NO 3º CICLO DO ENSINO BÁSICO E NO ENSINO SECUNDÁRIO

# **A Luta de Libertação Nacional em Angola: a perspetiva dos estudantes angolanos.**

Luís Manuel Morão Perestrelo

**M**

2022



Luís Manuel Morão Perestrelo

## **A Luta de Libertação Nacional em Angola: a perspetiva dos estudantes angolanos.**

Relatório realizado no âmbito do Mestrado em Ensino de História no 3.º Ciclo do Ensino Básico e no Ensino Secundário, orientada pela Professora Doutora Cláudia Pinto Ribeiro e pelo Professor Júlio Correia

Faculdade de Letras da Universidade do Porto

2022



Luís Manuel Morão Perestrelo

## **A Luta de Libertação Nacional em Angola: a perspetiva dos estudantes angolanos.**

Relatório realizado no âmbito do Mestrado em Ensino de História no 3.º Ciclo do Ensino Básico e no Ensino Secundário, orientado pela Professora Doutora Cláudia Pinto Ribeiro e pelo Professor Júlio Correia

### **Membros do Júri**

Professor Doutor (escreva o nome do/a Professor/a)

Faculdade (nome da faculdade) - Universidade (nome da universidade)

Professor Doutor (escreva o nome do/a Professor/a)

Faculdade (nome da faculdade) - Universidade (nome da universidade)

Professor Doutor (escreva o nome do/a Professor/a)

Faculdade (nome da faculdade) - Universidade (nome da universidade)

Classificação obtida: (escreva o valor) Valores



*Aos meus pais e ao meu irmão  
que, se cá estivessem, certamente se  
orgulhariam de mim!*

## Sumário

Declaração de Honra.....	X
Agradecimentos .....	XI
Resumo.....	XII
Abstract .....	XIII
Índice de Figuras .....	XIV
Índice de Gráficos.....	XV
Lista de abreviaturas e siglas.....	XVI
Introdução.....	2
CAPÍTULO 1 - Enquadramento teórico.....	5
1.1. A ligação histórica entre Angola e Portugal .....	5
1.2. A África portuguesa depois do Brasil (século XIX).....	5
1.3. Portugal em África – A mudança de regime político no século XX .....	6
1.4. O Estado Novo em Portugal .....	7
1.5. O Estado Novo e as colónias africanas .....	7
1.6. O nascimento do nacionalismo angolano .....	8
1.7. A sublevação da Baixa do Kassange em 1961 .....	10
1.8. “Angola: andar rapidamente e em força!” .....	11
1.9. O 4 de fevereiro de 1961.....	11
CAPÍTULO 2 .....	13
2.1. Contextualização .....	13
2.1.1. O Colégio Português de Luanda .....	13
2.1.2. A turma do 9.º ano.....	13
2.1.3. Caracterização socioeconómica dos alunos.....	14
2.1.4. Caracterização por idades e género.....	14
CAPÍTULO 3 .....	16
3.1. Metodologia .....	16
3.1.1. O Grupo Focal - Estudos com grupos de referência.....	16
3.1.2. O guião – o nosso fio condutor .....	18
CAPÍTULO 4 .....	19
4.1. Perspetivas, perceções e opiniões .....	19
4.2. O diálogo inicial e os seus objetivos principais. ....	19

4.3. As questões .....	20
Questão n.º 1 – Quando se fala em Luta de Libertação ou Guerra Colonial, em que pensas e como te sentes quando se aborda este tema? .....	20
Questão n.º 2 – Quais as heranças desta Guerra/Luta no país, na tua família e em ti, em particular? .....	23
Questão n.º 3 – Qual foi, na tua opinião, a importância desta Luta/Guerra para os angolanos? .....	24
Questão n.º 4 – Há, na tua opinião, um culpado evidente? Se sim, quem e porquê? .....	24
Questão n.º 5 – De que forma esta Guerra/Luta de Libertação deve ser lembrada nos dias de hoje? .....	27
Questão n.º 6 – De que modo é que esta Luta de Libertação pode ter influenciado o futuro dos angolanos? .....	28
Questão n.º 7 – Consideras que este é um assunto que está presente apenas nas aulas de História? .....	31
Questão n.º 8 – Na tua opinião fará diferença estudar estes assuntos na perspetiva do currículo português, sendo vocês angolanos? .....	32
CAPÍTULO 5 .....	36
5.1. Os Manuais de História em Angola .....	36
5.1.1. O Manual de História da 5.ª Classe .....	36
5.1.2. Sobre a Luta de Libertação Nacional.....	36
5.1.3. O Manual de História da 6.ª Classe .....	40
CAPÍTULO 6 .....	42
“Independência, esta é nossa memória” .....	42
Parte I .....	43
A tomada de consciência e os primeiros movimentos independentistas. ....	43
Parte II .....	47
Ir para voltar.....	47
Parte III .....	51
Os heróis e o 25 de abril de 1974.....	51
CAPÍTULO 7 - CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	52
Referências Bibliográficas .....	55
Anexos.....	57
Apêndice I: Questionário.....	58
Apêndices .....	59
Apêndice I - Manual de História da 5.ª Classe, Angola, 2018 .....	60



Apêndice II - Manual de História da 6.ª Classe, Angola, 2018 .....	61
Apêndice III - Página 100 do Manual de História da 5.ª Classe, 2018.....	62
Apêndice IV - Fotografias de António Agostinho Neto. Fonte: Arquivo da PIDE .....	63
Apêndice V : “Angola Avante” – Hino Nacional de Angola (letra de Manuel Rui Monteiro e música de Rui Vieira Dias Mingas. Fonte: (Nsiangengo, 2018) .....	64
Apêndice VI - Lista com os nomes de alguns dos acusados no “Processo dos 50”. Fonte: Associação Tchiveka de Documentação. ....	65
Apêndice VII - Panfleto com fotos de alguns dos acusados no “Processo dos 50”. Fonte: Associação Tchiveka de Documentação. ....	65
Apêndice VIII – Proclamação da independência de Angola em 11 de novembro de 1975. Fonte: Manual de História, 5.ª Classe, 2018.....	66
Apêndice IX: Texto da Proclamação da Independência de Angola, pelo Dr. António Agostinho Neto, às zero horas do dia 11 de Novembro de 1975. Fonte: Manual de História da 6.ª Classe, 201871	
Apêndice X - Monumento a Agostinho Neto, na Praça da Independência, Luanda. Fonte: Manual de História da 6.ª Classe, 2018.....	72

## **Declaração de Honra**

Declaro que o presente relatório é de minha autoria e não foi utilizado previamente noutro curso ou unidade curricular, desta ou de outra instituição. As referências a outros autores (afirmações, ideias, pensamentos) respeitam escrupulosamente as regras da atribuição, e encontram-se devidamente indicadas no texto e nas referências bibliográficas, de acordo com as normas de referência. Tenho consciência de que a prática de plágio e autoplágio constitui um ilícito académico.

Porto, setembro de 2022

Luís Manuel Morão Perestrelo

## Agradecimentos

Este projeto, que agora se concretiza, não teria sido possível sem a força, o incentivo e o apoio incondicional da minha esposa Sónia Azevedo e também dos meus filhos, a Luísa e o Miguel, pela compreensão e tolerância.

Por outro lado, as circunstâncias em que foi realizado foram muito especiais e, por isso, o meu mais profundo e especial agradecimento é dirigido à Professora Doutora Cláudia Pinto Ribeiro. Pessoa de grande integridade e caráter, lutadora e resistente, tudo fez por mim e com todas as forças, apoiando, aconselhando e criticando. Esteve, sempre que precisei, muito presente. Um grande e eterno bem-haja!

Um agradecimento muito grande ao professor Pedro Teixeira Pereira pela ajuda e boa vontade.

Ao meu orientador cooperante, o professor Júlio Correia, pela sua capacidade de compreensão e grande generosidade.

À colega e amiga do Colégio Português de Luanda, professora Tânia Leite, que esteve sempre presente, ajudando, corrigindo, sugerindo e pelo apoio dado em todos os momentos.

Aos meus alunos do 9º ano do Colégio Português, que foram os grandes protagonistas deste projeto e que sempre se mostraram disponíveis, interessados e participantes. A todos, o meu muito obrigado.

Ao Colégio Português, na pessoa da Diretora Pedagógica, professora Bibiana Gonçalves, pela aceitação e apoio e que possibilitou a realização do meu estágio profissional, indispensável para a conclusão deste ciclo de estudos.

## Resumo

Este relatório procura compreender a perspetiva que os atuais estudantes angolanos têm sobre a luta de libertação em Angola.

Passados 62 anos sobre o início<sup>1</sup> desta luta, que na perspetiva africana se denominou de libertação e na visão portuguesa como Guerra Colonial, importa destacar que Portugal foi o país da Europa que mais tarde procedeu ao processo de descolonização dos territórios em África<sup>2</sup>, tendo esse facto influenciado o desenvolvimento do conflito.

O período de referência encontra-se balizado entre o início dos anos 60 até meados da década de 70 do século XX. O principal objetivo é procurar saber qual o entendimento que os alunos angolanos do 9.º ano, e que frequentam uma escola de currículo português em Angola, fazem sobre este facto histórico.

Parece ser consensual que a maior parte dos trabalhos académicos sobre este assunto assentam, essencialmente, na abordagem feita por autores portugueses. Por outro lado, e sobretudo no que se refere aos manuais escolares adotados na escola, não deixa de ser interessante verificar que são portugueses e de editoras portuguesas. As questões que se colocaram foram: o que sabem os alunos sobre a luta de libertação de Angola? O que sabem eles sobre este assunto pelos seus familiares?

Refira-se, também, que alguns dos alunos ainda se relacionam com familiares que participaram em algumas ações deste conflito. Neste sentido, procurou-se conhecer as opiniões, entendimentos e perspetivas dos alunos sobre o conflito e o modo como está presente na sociedade atual.

**Palavras-chave:** Luta de Libertação, Guerra Colonial; Colonialismo, Estado Novo, Independência

---

<sup>1</sup> Para alguns autores a data do início do conflito remonta ao dia 4 de fevereiro e para outros no dia 15 de março de 1961.

<sup>2</sup> Fraga, Luís Alves de in <https://repositorio.ual.pt/bitstream/11144/653/1/A%20Guerra%20Colonial.pdf>, consultado em 20/08/2022.

## **Abstract**

This report seeks to understand the perspective that current Angolan students have on the liberation struggle in Angola.

Sixty-two years after the beginning of this struggle, which in the African perspective was called liberation and in the Portuguese view as the Colonial War, it is important to highlight that Portugal was the European country that later proceeded to the process of decolonization of the territories in Africa, having that fact influenced the development of the conflict.

The reference period is between the early 1960s and the mid-1970s. The main objective is to find out what the understanding that Angolan students in the 9th grade, and who attend a Portuguese curriculum school in Angola, have about this historical fact.

It seems to be consensual that most academic works on this subject are essentially based on the approach made by Portuguese authors. On the other hand, and especially with regard to the textbooks adopted at school, it is interesting to verify that they are Portuguese and from Portuguese publishers. The questions that were asked were: what do the students know about the Angolan liberation struggle? What do they know about this subject from their relatives?

It should also be noted that some of the students still relate to family members who participated in some actions of this conflict. In this sense, we sought to know the opinions, understandings and perspectives of students about conflict and the way it is present in today's society.

**Keywords:** Liberation Struggle, Colonial War; Colonialism, Estado Novo, Independence

## Índice de Figuras

<b>FIGURA 1</b> - AÇÃO DE MEMBROS DA UPA EM 15 DE MARÇO DE 1961.....	12
<b>FIGURA 2</b> - DIVISÃO DA CIDADE DE LUANDA NOS ANOS 50 DO SÉCULO XX. ....	43
<b>FIGURA 3</b> - REUNIÃO DE CARIZ POLÍTICO NUMA IGREJA METODISTA EM LUANDA, ANOS 50.. ....	45
<b>FIGURA 4</b> – ROTAS DE FUGA PARA MATADI, NO CONGO LÉOPOLDVILLE. ....	47
<b>FIGURA 5</b> - AGOSTINHO NETO, ERNESTO “CHE” GUEVARA E LÚCIO LARA.....	48
<b>FIGURA 6</b> - ALGUNS NOMES DE COMBATENTES NA LUTA PELA INDEPENDÊNCIA. ....	50

## Índice de Gráficos

GRÁFICO 1 - DISTRIBUIÇÃO POR GÊNERO NA TURMA 9.º ANO .....	15
--	----

## Lista de abreviaturas e siglas

ATD .....	ASSOCIAÇÃO TCHIWEKA DE DOCUMENTAÇÃO
CPL .....	COLÉGIO PORTUGUÊS DE LUANDA
CVAAR.....	CORPO VOLUNTÁRIO ANGOLANO DE ASSISTÊNCIA AOS REFUGIADOS
EPLA .....	EXÉRCITO POPULAR DE LIBERTAÇÃO DE ANGOLA
ENLA .....	EXÉRCITO NACIONAL DE LIBERTAÇÃO DE ANGOLA
FALA .....	FORÇAS ARMADAS DE LIBERTAÇÃO DE ANGOLA
FNLA .....	FRENTE NACIONAL DE LIBERTAÇÃO DE ANGOLA
MFA .....	MOVIMENTO DAS FORÇAS ARMADAS
MPLA .....	MOVIMENTO POPULAR DE LIBERTAÇÃO DE ANGOLA
PIDE .....	POLÍCIA INTERNACIONAL DE DEFESA DO ESTADO
UNITA .....	UNIÃO NACIONAL PARA A INDEPENDÊNCIA TOTAL DE ANGOLA
UPNA .....	UNIÃO DAS POPULAÇÕES DO NORTE DE ANGOLA
UPA .....	UNIÃO DAS POPULAÇÕES DE ANGOLA



## Introdução

Ao contrário de tantos, nunca tive, até ao ano de 2015, qualquer ligação afetiva, profissional, familiar ou outra com o continente africano. No entanto, desde sempre desenvolvi um gosto e uma grande curiosidade pela ligação de Portugal com África, mais concretamente nas relações seculares com os antigos territórios colonizados por Portugal. Num sentido mais restrito, o século XX, e mais concretamente a sua segunda metade, revelou-se um dos períodos mais marcantes da História contemporânea portuguesa. A referência aos últimos anos centra-se no facto de, por motivos de ordem pessoal e profissional, ter aceitado o desafio que me foi proposto por uma colega, também professora, de lecionar a disciplina de História em Angola. Sem conhecer a realidade deste país africano, parti com o intuito de descobrir, perceber e, sobretudo, aprender mais, na medida em que, como é consensual, uma coisa são as nossas ideias preconcebidas, construídas com base em inúmeras fontes e outra coisa completamente diferente é a constatação, na primeira pessoa e *in loco*, dessa mesma realidade.

Neste sentido, este relatório tem, desde a sua conceção inicial, um propósito bem definido. Não procura ser o contraditório de nada, nem sobre ninguém. Não pretende desconstruir mitos ou colocar em causa o que quer que seja. O tal propósito bem definido, acima referido, não é mais do que, através da realização do *Focus Group*, auscultar, debater e pensar a perspetiva dos alunos angolanos sobre um dos períodos mais marcantes e decisivos da história recente do seu país, a Luta de Libertação. Tudo indica que esta abordagem sobre “o outro lado”, isto é, o lado da luta dos angolanos pela sua autonomia e independência tenha, ainda, um longo caminho para percorrer. Este trabalho deve, pois, ser entendido neste sentido, isto é, como o mote ou incentivo para que outros trabalhos académicos surjam e se desenvolvam.

Este trabalho está estruturado em sete partes distintas.

O primeiro capítulo procura, naturalmente, fazer um enquadramento teórico que é necessário por uma questão de contextualização histórica. Neste, são abordados os seguintes aspetos: a ligação histórica entre Angola e Portugal; a África portuguesa depois da independência do Brasil, em 1822; Portugal em África, aborda a mudança ou passagem do regime

político monárquico, em 1910, para a implantação de um regime republicano; o início do Estado Novo, em 1933, na sequência do Golpe Militar levado a cabo pelo General Costa Gomes, em 28 de maio de 1926; a importância das colónias africanas para o Estado Novo; o nascimento do nacionalismo angolano, com particular relevo para a criação dos primeiros movimentos independentistas; por fim, a sublevação na Baixa do Kassange e os primeiros ataques, na cidade de Luanda, contra os interesses portugueses no território e que desencadearam o “início da Luta Armada” e na célebre frase de António de Oliveira Salazar: “Para Angola, rapidamente e em força!”. Começava, então, a Luta de Libertação para os angolanos e a Guerra Colonial para os Portugueses.

O capítulo dois tem como objetivo principal contextualizar a escola que me acolheu para estagiar. O Colégio Português de Luanda é uma referência no ensino e na divulgação da língua e da cultura portuguesas em Angola. É uma escola estruturalmente pequena, com uma dimensão de cariz muito familiar. A maioria dos seus alunos frequentam este estabelecimento de ensino desde os níveis pré-escolares. A instituição leciona todos os níveis de ensino até ao 9.º ano do Ensino Básico.

No terceiro capítulo, expomos e justificamos a metodologia adotada. *O Focus Group* é uma técnica muito válida para se obter resultados muito diretos sobre a temática abordada neste relatório e que permite, em simultâneo, envolver diretamente os alunos participantes. Neste sentido, o “grupo focal capta uma multiplicidade de perspetivas e de processos emocionais no interior de um grupo” (Gibbs, 1997).

O capítulo quatro, denominado “Mãos à obra”, é o cerne de todo o trabalho. Neste, é apresentada a análise de conteúdo, isto é, a exploração, a interpretação, o debate e a discussão, do que foi produzido e que se encontra devidamente registado em formatos de áudio e vídeo. Estas gravações, decorrentes das aulas lecionadas, obedeceram a um guião, previamente estruturado, no qual foram colocadas as questões consideradas pertinentes e direcionadas ao interesse do assunto deste relatório. O exercício a que me proponho é, de facto, proceder à exploração e análise das respostas, das convicções e das e perceções que os alunos do 9.º ano têm sobre o nosso tema.

No capítulo cinco é realizada a análise, ainda que sumária, sobre a abordagem que os manuais escolares de História do currículo angolano fazem e o modo como exploram este

tema da Luta da Libertação. Neste caso em concreto, recorreremos aos manuais da 5.<sup>a</sup> e 6.<sup>a</sup> Classes com as versões atualizadas no ano de 2018.

O capítulo seis resulta da análise e exploração de um conjunto de fontes muito ricas e interessantes. Baseia-se num documentário denominado “Independência, esta é nossa memória” que foi desenvolvido por jovens realizadores angolanos, no qual se revelam os passos iniciais da luta armada e que percorre alguns dos seus principais cenários e momentos cruciais. A opção de explorar este recurso justifica-se, exatamente, pela originalidade dos registos em formato de vídeo, expondo de uma forma generalizada a visão e as perspetivas dos angolanos sobre a sua luta de libertação.

Por fim, o sétimo e último capítulo debruça-se sobre as considerações finais e as conclusões possíveis. Importa referir que, de modo algum, este trabalho encerra esta questão. Não teria, nunca, essa veleidade. Antes pelo contrário! Que sirva, essencialmente, para que outros lhe deem continuidade.

## **CAPÍTULO 1 - Enquadramento teórico**

### **1.1. A ligação histórica entre Angola e Portugal**

A partir de meados do século XIV, na Europa de um modo geral e em Portugal em particular, viveu-se um período de grave crise económica, social e política. No início do século XV, Portugal reunia um conjunto significativo de condições técnicas, geográficas e políticas que proporcionaram o pioneirismo, nomeadamente o conhecimento dos instrumentos e técnicas de navegação, assim como, beneficiando da privilegiada localização geográfica.

O ano de 1415 marcou de forma indelével todo o processo expansionista de Portugal. Em pleno reinado de D. João I, Mestre de Avis, a conquista do território de Ceuta tornou-se, então, na concretização da vontade em aumentar o poder económico e político de Portugal. O principal objetivo do reino português era alcançar a Índia por mar, na medida em que se procurava o acesso direto às especiarias, ao ouro e aos produtos de luxo do Oriente, sem que fosse necessário a intermediação dos comerciantes muçulmanos. Posteriormente, a atenção centrou-se no Brasil e, só depois da perda do monopólio do comércio oriental e da independência deste território sul americano, em 1822, é que Portugal direciona as suas atenções para o continente africano.

A chegada dos portugueses ao território que é hoje Angola, registou-se entre os anos de 1483 e 1485 com a presença de Diogo Cão na Foz do rio Zaire e foi a partir daqui que se iniciou um processo de conquista da região. No entanto, o processo de colonização apenas terá sido iniciado a partir de 1575 com a construção da fortaleza de São Miguel e sob a liderança de Paulo Dias de Novais, que juntamente com cerca de 400 colonos, fundou a cidade de São Paulo de Luanda. As relações amistosas que se criaram com os nativos dessa região, sobretudo com as hierarquias, resultaram em intensas trocas comerciais. As relações comerciais e contatos entre os nativos e os lusos, além da chegada de missionários, acarretaram transformações significativas na vida dos povos africanos daquela região.

### **1.2. A África portuguesa depois do Brasil (século XIX)**

A partir dos finais do século XIX, tanto Portugal como outras potências europeias orientaram as suas atenções para a exploração e ocupação dos territórios do continente africano. Este

espírito colonialista dos países europeus conduziu a períodos, mais ou menos longos de grande tensão entre os mesmos.

Entre os anos de 1884 e 1885, realizou-se na Alemanha, e com o principal objetivo de dividir os territórios de África, a Conferência de Berlim. Nesta reunião ficou decidido o princípio da ocupação efetiva em detrimento do princípio da descoberta, ou seja, os territórios pertenceriam a quem os ocupasse de facto, não interessando quem os tenha descoberto em primeiro lugar. Para defender os seus interesses, Portugal apresentou aos países europeus o “Mapa Cor-de-Rosa”, no qual estavam assinalados os territórios de Angola e Moçambique e que o governo português desejava ver reconhecidos como seus, assim como ocupar os territórios entre ambos. Se, por um lado, países como a França e a Alemanha aceitaram as exigências de Portugal, por outro, a Inglaterra, não. Esta oposição justificava-se com as próprias ambições coloniais de Inglaterra de ligar o Cairo ao Cabo. Deste modo, em 11 de janeiro de 1890, o governo inglês apresentou um ultimato ao rei D. Carlos. Se o governo português não desocupasse os territórios entre Angola e Moçambique, desencadearia uma crise diplomática que poderia conduzir a uma situação de guerra entre os dois países. D. Carlos, rei de Portugal, não conseguiu resistir e acabou por ceder à imposição de Inglaterra, perdendo, para sempre, a possibilidade de unir as duas colónias, conferindo à Inglaterra o estatuto de maior potência colonial do mundo.

### **1.3. Portugal em África – A mudança de regime político no século XX**

Com o fim do regime monárquico, em 5 de outubro de 1910 e, conseqüentemente, com a implantação do republicanismo, Portugal viveu, apesar de algumas realizações muito importantes, momentos de grande instabilidade política, social e económica.

Após o golpe de Estado, levado a cabo pelo General Gomes da Costa, no dia 28 de maio de 1926, instalou-se em Portugal um regime ditatorial de cariz militar. Este regime político, através do qual se impôs a restrição das liberdades individuais, assumiu um carácter autoritário, cujos cargos principais do poder eram controlados e desempenhados pelos militares de alta patente.

## **1.4. O Estado Novo em Portugal**

Incrementada que estava a Ditadura Militar em Portugal, nos primeiros anos de regime (entre 1926-1928) era, ainda, notória uma grande instabilidade política, financeira e económica. Era uma constante a substituição dos chefes de governo devido essencialmente à falta de entendimento entre as chefias militares.

Em 1928, o Presidente da República, Óscar Carmona, chamou António de Oliveira Salazar para dirigir o Ministério das Finanças. As políticas e decisões tomadas por Salazar logo deram resultados assinaláveis e que levaram a uma recuperação financeira e ao equilíbrio das contas públicas.

Os pontos-chave da sua atuação centraram-se sobretudo ao nível do aumento dos impostos e redução das despesas, nomeadamente com diminuição dos salários dos funcionários públicos. O prestígio alcançado com o equilíbrio das contas públicas conduziu-o ao cargo de Presidente do Conselho de Ministros e, com a aprovação de uma nova Constituição, em 1933, assistiu-se ao início do Estado Novo, regime político autoritário e ditatorial que só viria a terminar no dia 25 de abril de 1974.

## **1.5. O Estado Novo e as colónias africanas**

A questão colonial assumiu, desde sempre, uma importância preponderante durante o Estado Novo, na medida em que a ideia de Império adquiriu um grande peso no período de consolidação do regime (Alexandre, 1993).

Por outro lado, e não menos importante, havia um debate aceso sobre as políticas coloniais a seguir, distinguindo-se claramente dois núcleos em confronto. O período do Estado Novo, em termos de política colonial, acentuou a discriminação racial e assentou numa economia baseada no trabalho forçado dos povos africanos, de modo a sustentar alguns interesses desenvolvidos na metrópole.

O Acto Colonial de 1930, republicado na Constituição de 1933, definiu os domínios ultramarinos como sendo parte integrante do Império Português<sup>3</sup>. A colonização era vista como, essencialmente, uma ação civilizadora e, portanto, um desígnio divino.

Neste mesmo Acto Colonial foi aprovado o Estatuto do Indígena que, para além de discriminar racial, social e culturalmente os nativos, definia também as condições para a obtenção da cidadania. A fome, as doenças e a violência sobre os nativos generalizaram-se e estiveram na origem das primeiras revoltas contra o colonialismo do Estado Português, como aconteceu na Baixa do Kassange, no norte de Angola em 1961.

Na década de 1960, com Adriano Moreira na pasta do ultramar, foram revogadas as leis mais duras da política colonial, como o Estatuto do Indígena. Houve uma tentativa de reformismo descentralizador, mas já era tarde. A guerra colonial alastrava no império e haveria de ditar não apenas a autodeterminação e independência dos povos africanos, como o fim do regime do Estado Novo em Portugal.

## **1.6. O nascimento do nacionalismo angolano**

O período compreendido entre as décadas de 50 e 60 do século XX, foi extremamente importante no que concerne ao processo de descolonização em África, destacando-se em particular o ano de 1960, que marcou a independência de 17 novos países, 14 dos quais antigas colónias francesas.

Um dos fatores que contribuiu para este processo de descolonização foi a realização do V Congresso Pan-Africano ocorrido na cidade inglesa de Manchester, em 1946. Ainda durante este período foram criados, em Angola, vários movimentos de libertação que evoluíram, transformaram-se e adaptaram-se em função das realidades.

No Congo-Léopoldville, atual República Democrática do Congo, onde havia uma grande comunidade de angolanos, surgiram várias associações de base regional que foram dando lugar a novos movimentos de sociais e políticos de cariz nacionalista.

---

<sup>3</sup> Acto Colonial, Artigo 3º, Decreto-lei n.º 22:455 de 11 de Abril de 1933.

Uma delas, criada em 1954, a União das Populações do Norte de Angola (UPNA), esteve na origem da União das Populações de Angola (UPA), a organização que foi precursora da Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA).

A Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA), foi fundada em 1962, tendo surgido da fusão da União das Populações de Angola (UPA), liderada por Holden Roberto (1923-2007), com o Partido Democrático de Angola (PDA). A FNLA detinha uma ligação privilegiada, em termos técnicos e apoios financeiros com os Estados Unidos da América, que incluía a presença de agentes nas suas bases (FELGAS, 1968). Este movimento procurou sempre o apoio de países capitalistas demarcando-se, assim, de eventuais e possíveis fusões com outros movimentos nacionalistas.

O Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), partido que ainda hoje governa Angola, é uma organização política que surgiu em 1956, fruto da união do Partido de Luta Unida dos Africanos de Angola (PLUAA) e do Movimento para a Independência de Angola (MIA). Liderado por António Agostinho Neto<sup>4</sup> e com um cariz de base marxista, propunha um amplo projeto que reunisse o maior número de partidos políticos, a sociedade civil, todas as etnias, organizações religiosas e todas as camadas sociais angolanas (SILVA, 2018). Em janeiro de 1960, o MPLA conseguiu angariar os primeiros apoios para a luta armada contra o colonialismo, em função das relações estabelecidas com outros países africanos como Argélia, Gana, Mali, Guiné-Conacri, Egito e Marrocos, dos quais recebia formação técnica, armamento e apoio logístico e financeiro (BITTENCOURT, 2008).

A União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA), foi fundada em finais de 1964 e surgiu da necessidade de dar um novo rumo à luta pela libertação do povo angolano. Jonas Malheiro Savimbi, o seu líder, argumentava que todos os movimentos estavam organizados no norte do país, pelo que era necessário criar um movimento étnica e politicamente representativo (Pacheco, 1997). Segundo afirma Rosa (1980), as relações externas da UNITA começaram ainda antes do movimento ser constituído. O seu projeto político baseava-se na liberdade e na independência nacional, na justiça social, no trabalho e no progresso (Agostinho, 2011). Jonas Savimbi, juntando-se aos antigos militantes da UPA,

---

<sup>4</sup> Ver apêndice 1.



fixou-se na Zâmbia e procurou granjear apoios de outros países africanos e também dos países, à época, denominados de socialistas.

Refira-se, a este propósito, que estes movimentos de libertação eram constituídos, também, por uma componente de forças armadas.

### **1.7. A sublevação da Baixa do Kassange em 1961**

O dia 4 de janeiro de 1961 foi trágico para Angola e para Portugal, também. Este dia tornou-se então uma referência em todo o processo de luta pela independência de Angola com a primeira revolta ou rebelião contra o regime colonial português pelos trabalhadores da Companhia Geral dos Algodões, a COTONANG.

Ao país colonizador<sup>5</sup> interessava, sobretudo, manter as suas possessões coloniais e, em janeiro desse mesmo ano, registaram-se os primeiros incidentes de sublevação de cariz laboral muito graves na Baixa do Kassange. Esta região de Angola localiza-se no Norte do território e caracterizava-se, na época, por ser uma extensa área de plantação de algodão.

Parece indesmentível que o que essencialmente contribuiu para esta revolta foi, para além da obrigatoriedade da cultura do algodão em detrimento de outras culturas agrícolas, o facto de os trabalhadores serem obrigados a pagar um imposto de capitação que se juntava à entrega de uma grande parte da sua coleta de algodão e às péssimas condições de trabalho.

Inicialmente os trabalhadores começaram por se recusar a trabalhar e a pagar os respetivos impostos e capturaram, ainda, alguns capatazes do regime colonial.

O regime algodoeiro da COTONANG, a empresa que detinha a concessão do cultivo e exploração do algodão era, segundo Rosas (2017), tão injusta e violenta que, quando se dá a revolta da Baixa do Cassange, até os próprios relatórios da polícia política e dos chefes militares responsabilizam o regime.

---

<sup>5</sup> Portugal.

## 1.8. “Angola: andar rapidamente e em força!”<sup>6</sup>

Salazar insistiu em defender pela força das armas os territórios ultramarinos, acreditando veementemente que a guerra era para o “bem dos africanos”, e para a preservação das sociedades multirraciais<sup>7</sup>. No final de 1960, os camponeses começaram a parar a produção do algodão, a não pagarem o imposto, a atacarem os capatazes da COTONANG. Saqueiam as lojas e fazem emboscadas aos poucos elementos da polícia e militares enviados para a região na tentativa de controlar a sublevação. O ano de 1961 acabou por se transformar num ano terrível para o regime autoritário de Salazar. Assim, em janeiro de 1961, quase metade da Baixa do Kassange<sup>8</sup> encontrava-se em revolta.

## 1.9. O 4 de fevereiro de 1961

No dia 4 de fevereiro de 1961, em Luanda, e ainda em plena revolta no Cassanje, um grupo de cerca de 200 homens atacou um conjunto de cadeias da cidade, nomeadamente a Cadeia de São Paulo, a Casa de Reclusão Militar e a 7.ª esquadra da Polícia de Segurança Pública, entre outras instituições, como por exemplo os Correios ou o Aeroporto. Um dos principais ou mais imediatos objetivos desta operação concertada era libertar alguns dos presos políticos nacionalistas e, ao mesmo tempo, angariarem algum armamento para dar continuidade à luta armada de libertação nacional. Considera-se que esta ação terá sido a primeira ação de cunho totalmente independentista contra o poder colonial.

No dia 15 de março de 1961, a partir da fronteira congoleza com o norte de Angola, centenas de elementos pertencentes à UPA<sup>9</sup>, uma organização nacionalista<sup>10</sup> liderada por Holden Roberto, entraram em território angolano e, com o apoio de muitas autoridades nativas, atacaram povoações, lojas, fazendas e postos administrativos, numa ação *que ficou conhecida como “O Massacre de Nambuanguo”*, descrito assim por Aida Freudenthal:

*“A rebelião do Norte nasceu do puro desespero e da raiva. Refletia o instinto elementar do homem espoliado, a quem durante toda a vida se negam todos os direitos.”*

---

<sup>6</sup> Expressão retirada do discurso de António de Oliveira Salazar em 13 de abril de 1961.

<sup>7</sup> Bender, 1980, p.7.

<sup>8</sup> Província de Malanje.

<sup>9</sup> União das Populações de Angola.

<sup>10</sup> Classificada como terrorista pelo regime colonial português.

Os sinais de grande instabilidade naquela região do Norte de Angola eram muitos. No entanto, o grau de violência que caracterizou estes ataques às povoações e fazendas foi, de facto, surpreendente.

*“Em Nambuagongo tu não viste nada  
Não viste nada nesse dia longo longo  
A cabeça cortada  
E a flor bombardeada  
Não, tu não viste nada em Nambuagongo.”<sup>11</sup>*



**Figura 1** - Ação de membros da UPA contra as fazendas dos colonos do Norte do país, em 15 de Março de 1961. Fonte: Manual de História da 5.ª Classe, 2018. Fonte: Associação Tchiweka de Documentação

---

<sup>11</sup> Excerto do poema de Manuel Alegre, *Nambuagongo meu amor*, Praça da Canção, 1965.

## **CAPÍTULO 2**

### **2.1. Contextualização**

#### **2.1.1. O Colégio Português de Luanda**

Lema: “ABRAÇO”

O Colégio Português é uma organização escolar privada, com 22 anos de existência, e que foi criada para alargar a oferta de instituições de ensino de Língua Portuguesa em Angola.

Tendo como missão, por um lado, proporcionar, no meio da comunidade de língua portuguesa um programa educacional de Pré-escolar, 1.º, 2.º e 3.º Ciclos de elevado valor ético, moral e intelectual e, por outro, promover a difusão do ensino português no estrangeiro e criar um centro de língua portuguesa de referência para todas as faixas etárias.

O Projeto Educativo do Colégio Português é a referência para a prática educativa que desenvolve e a identidade da instituição de ensino, em respeito pelo quadro legal em vigor no sistema de ensino português, mas consciente da especificidade sociocultural do contexto em que está inserido – Angola. Enquanto instrumento de gestão e orientação pedagógica, clarifica os princípios, valores, metas e estratégias atinentes ao sucesso escolar dos nossos alunos e a uma sólida formação de valores de cidadania, respeito e inclusão.

O lema da instituição privilegia o sentido de proximidade e, como tal, designa-se “Abraço”.

Os níveis de ensino ministrados contemplam desde a educação pré-escolar ao 3º ciclo do ensino básico. Estes constituem, assim, a base de formação de qualquer criança e jovem.

#### **2.1.2. A turma do 9.º ano**

A turma com a qual desenvolvi este relatório apresenta um conjunto de características que se adequam, perfeitamente, aos objetivos propostos. O número reduzido de 10 alunos acabou por se adaptar à metodologia utilizada, que explicaremos no próximo capítulo.

Em momento algum deste estudo são reveladas as identidades dos alunos. Assim, para ser possível manter o anonimato de todos os discentes optamos, dado o número reduzido de elementos, por substituir o número de cada um(a) dos(as) alunos(as) por letras, elencadas de A J, que foram atribuídas de forma totalmente aleatória.

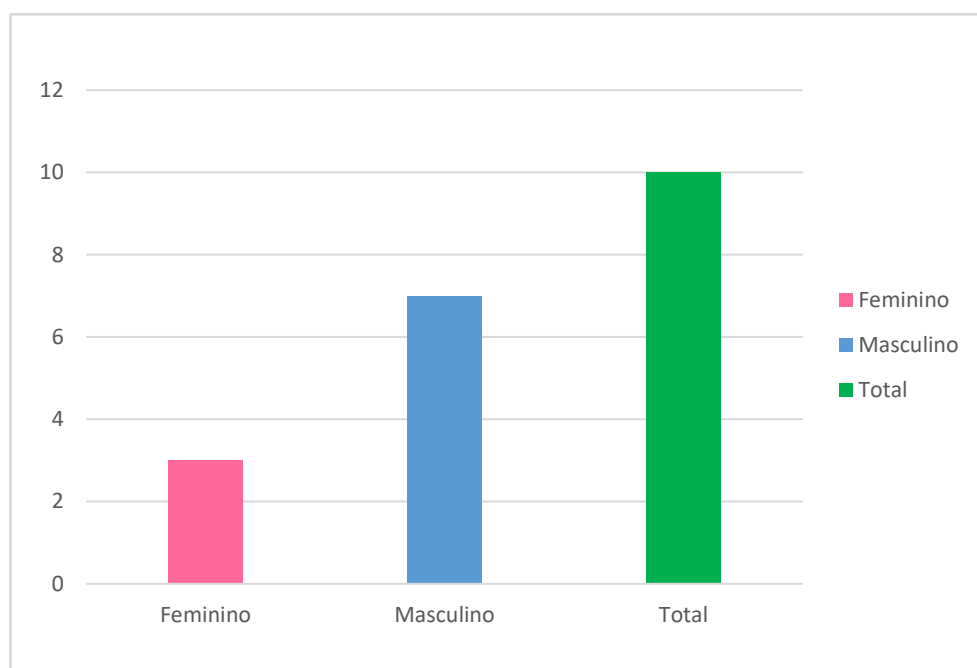
### **2.1.3. Caracterização socioeconómica dos alunos**

Interagi com estes alunos, enquanto professor de História e diretor de turma, desde o 7.º ano de escolaridade, no ano letivo de 2019/2020. De um modo geral, são alunos ética e moralmente bem formados e oriundos de famílias de elevada condição social e económica. De facto, só nesta condição é que seria possível frequentarem a instituição aqui contextualizada. Todos os discentes possuem nacionalidade angolana, pese embora alguns tenham, em si, outras nacionalidades, nomeadamente portuguesa e brasileira.

Os encarregados de educação destes alunos ocupam, social e profissionalmente, posições de relevo e de destaque na sociedade de Luanda, com ligações a cargos políticos e desenvolvendo, paralelamente, atividades empresariais de grande relevo.

### **2.1.4. Caracterização por idades e género**

No início do ano letivo, a turma do 9.º ano registava 10 alunos, sendo a média de idades de 14 anos. Em relação à distribuição por género, a turma é constituída por três discentes do sexo feminino (30%) e sete do sexo masculino (70%).



**Gráfico 1** - Distribuição por gênero na turma 9.º ano

## **CAPÍTULO 3**

### **3.1. Metodologia**

#### **3.1.1. O Grupo Focal - Estudos com grupos de referência**

Esta técnica de recolha de dados procura envolver um grupo de representantes, neste caso os nossos alunos, numa determinada discussão ou debate sobre um tema previamente fixado e decidido. Enquanto professor da disciplina de História, assumi, também, o papel de moderador da discussão a que todos nos propusemos. O papel do moderador é estimular a interação entre os interlocutores e, ao mesmo tempo, impedir que a discussão extravase do tema em foco<sup>12</sup>.

Este método é uma forma de captar uma multiplicidade de perspetivas, que são geradas em função das interações resultantes dos debates promovidos. Parece ser consensual na literatura sobre investigação qualitativa que os grupos de trabalho devem ser pequenos, no máximo de dez elementos. Por coincidência é exatamente este o número de alunos que compõe a turma do 9.º ano com a qual desenvolvemos esta pesquisa. Uma das características desta metodologia, e que pode ser vista como uma vantagem, é o facto de se centrar num tópico – o foco.

Consideramos que esta metodologia se adequa a este projeto, na medida em que apresenta vantagens significativas, tais como:

- destaca as atitudes, prioridades, linguagem e estrutura de compreensão dos entrevistados<sup>13</sup>;
- incentiva uma grande variedade de comunicação dos participantes – explorando uma ampla gama e forma de compreensão;<sup>14</sup>
- ajuda a identificar as normas do grupo;<sup>15</sup>

---

<sup>12</sup> Amado, João (2014), Manual de Investigação Qualitativa em Educação, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2.ª edição.

<sup>13</sup> Kitzinger, 1995: 116

<sup>14</sup> Kitzinger, 1995: 116

<sup>15</sup> Kitzinger, 1995: 116

- fornece informações sobre a operação do grupo/processos sociais na articulação do conhecimento (por exemplo, através do exame de quais informações são censuradas ou silenciadas dentro do grupo);<sup>16</sup>

- pode encorajar conversas abertas sobre assuntos embaraçosos e facilitar a expressão de ideias e experiências que podem ficar subdesenvolvidas em uma entrevista<sup>17</sup>.

Segundo Merton (1956), “[...] a interação será produtiva ao alargar o leque de resposta possíveis, ao reativar detalhes esquecidos da experiência, ao liberar os participantes de inibições relativamente à divulgação da informação”<sup>18</sup>.

As vantagens acima elencadas são cada vez mais reconhecidas e valorizadas e, por isso, são também cada vez mais utilizadas em pesquisas académicas no âmbito das ciências sociais.

No entanto, devemos estar conscientes que esta técnica de recolha de dados pode trazer alguns perigos, nomeadamente a tentativa por parte de alguns intervenientes tenderem a controlar ou conduzir as opiniões dos outros. Neste aspeto, o moderador tem um papel preponderante e decisivo. Por outro lado, quando o assunto em debate é, de algum modo, sensível pode levar a algum constrangimento no momento de partilhar opiniões<sup>19</sup>.

De entre uma série de objetivos que se podem alcançar com o *Focus Group*, sublinhamos aqueles que se ajustam melhor a este projeto.

Primeiramente devemos identificar as diferenças de pensamento e o leque de ideias existente acerca de determinada realidade num contexto específico. Trata-se, pois, de um exercício semelhante ao levantamento de ideias prévias sobre o nosso tema: a Luta de Libertação de Angola.

Em seguida, devemos identificar a linguagem comum, ou seja, observar qual o tipo de argumentação usada pelos elementos – os alunos – assim como as crenças e os mitos em redor do tópico, distinguindo aquilo que é conhecido por todos e o que precisa de ser esclarecido.

---

<sup>16</sup> Kitzinger, 1995: 116

<sup>17</sup> Kitzinger, 1995: 116

<sup>18</sup> Merton et al., 1956, cit. por Catterall e Maclaran, 1997, s/p.

<sup>19</sup> Alves, Luís [et al.], (2012), «Ideias de alunos sobre o “seu” passado doloroso a Guerra Colonial Portuguesa.»



### 3.1.2. O guião – o nosso fio condutor

Segundo Fontana e Frey (2003), a aplicação do grupo focal permite alguma liberdade e variedade. Para este relatório foi elaborado um guião específico, centrado essencialmente na discussão a que nos propusemos.

O presente guião<sup>20</sup> pretende ser um instrumento de orientação que permita aos alunos elaborarem um conjunto de opiniões após reflexão cuidada do tema que nos propomos discutir. Neste sentido, procedeu-se a um conjunto de gravações de áudio e vídeo que serviram de base e, ao mesmo tempo, de ponto de partida para o projeto de investigação em curso.

O que foi solicitado aos alunos era que procurassem refletir sobre um assunto que em Portugal já constituiu, e ainda constitui, um tema de estudo para trabalhos académicos, mas em Angola, aparentemente, ainda haverá muito trabalho a desenvolver neste sentido.

E qual é o sentido? Qual é a direção a tomar? O que se pretende com este projeto?

Enquanto professor de História, e aproveitando o facto de lecionar a disciplina em Luanda, penso ser muito interessante compreender, analisar e comparar as perspetivas dos estudantes angolanos sobre a Luta da Libertação.

É essencial que, apesar da distância temporal, se procure conhecer e compreender o que pensam os estudantes angolanos sobre esta questão socialmente viva. Estes estudantes, embora poucos, têm a possibilidade de construir a sua narrativa recorrendo ao contributo dos seus familiares, podendo elaborar uma abordagem original e diferente.

Numa primeira análise a este guião, podemos constatar que o grau de complexidade das questões apresentadas varia. O propósito passou por emprestar ao guião alguma informalidade, de modo que os alunos procurassem falar sobre o assunto de forma aberta, descontraída e sem se sentirem constrangidos.

Antes de procedermos às gravações de áudio e vídeo, este guião foi entregue aos alunos, em suporte de papel, cerca de duas semanas antes, para permitir que refletissem sobre o mesmo, solicitassem ajuda, intervenção e esclarecimentos dos familiares, assim como a devida autorização para participarem no estudo.

---

<sup>20</sup> Anexo 1

## **CAPÍTULO 4**

### **4.1. Perspetivas, perceções e opiniões**

Este capítulo é, a todos os níveis, o cerne da questão, a alma deste trabalho. O que propomos, no entanto, é explorar as perceções e as opiniões dos alunos angolanos que participaram neste estudo sobre a denominada Luta de Libertação. Devemos, no entanto, salvaguardar o seguinte: apesar de haver, por parte dos alunos, uma grande vontade e entusiasmo para participar em debates de ideias, expondo as suas opiniões de forma espontânea, é natural que surjam algumas dificuldades interpretativas ou que, por exemplo, as terminologias utilizadas, nem sempre tenham sido as mais corretas em termos científicos.

### **4.2. O diálogo inicial e os seus objetivos principais.**

As gravações dos debates ocorreram em dois momentos distintos. A primeira ocorreu em 6 de junho de 2022, com a duração de 35 minutos e, a segunda, no dia seguinte e durou cerca de 47 minutos.

Tendo em conta o número de alunos desta turma do 9.º ano, com uma média etária de 14 anos, assim como a estrutura do próprio guião, consideramos ter sido tempo suficiente. Os trabalhos decorreram na sala de aula habitual da turma. Foi feita uma introdução e foram explicados os principais objetivos da atividade, nomeadamente procurar perceber o que pensam os alunos e quais os sentimentos que desenvolveram em relação à luta de libertação. sobre dos resultados esperados. Na qualidade de moderador, e ainda na parte introdutória, foi comunicado aos alunos o que se pretendia nesta fase. Os discentes deveriam, de uma forma livre e espontânea, emitir as suas opiniões sobre o que lhes era questionado no guião. Foi explicado aos alunos que este tema, em Portugal, foi, e ainda é, amplamente debatido, mas sob a denominação de “Guerra Colonial”.

Como referido anteriormente, e por uma questão de anonimato dos alunos, estes serão adiante identificados com a denominação “9” ao qual foi associada, de forma aleatória, uma letra maiúscula. Assim, teremos designações referentes aos alunos, como por exemplo 9E ou 9H e assim sucessivamente.

### 4.3. As questões

**Questão n.º 1 – Quando se fala em Luta de Libertação ou Guerra Colonial, em que pensas e como te sentes quando se aborda este tema?**

A primeira opinião e de forma, para mim, algo surpreendente foi apresentada por uma aluna que nos disse o seguinte:

*- “A primeira impressão que eu tive dessa guerra foram as mortes desnecessárias (...) porque sem querer culpar Portugal, mesmo culpando, os outros países já estavam libertando as suas colónias (...) e como Angola não estava a ser libertada, começou a surgir um sentimento de raiva ou revolta” (9D).*

Nesta primeira intervenção, o que nos surpreendeu, em certa medida, foram dois aspetos: a imediata abordagem sobre a morte e, em segundo lugar, a culpa de Portugal.

Fiquei surpreendido, mas não chocado, na medida em que a expressão “morte” faz parte, infelizmente, do vocabulário quotidiano dos angolanos.

Depois, a segunda parte da intervenção de 9D resulta, de certo modo, de um género de formatação ao afirmar, de forma espontânea e natural, que a culpa foi de Portugal.

A primeira perceção dos alunos direciona-se quase de imediato para culpabilizar Portugal pelo conflito. Note-se que o nosso guião contempla uma questão (N.º 4) específica sobre se havia um culpado evidente da guerra. O curioso parece ser a construção de um discurso que procura de imediato um culpado, mesmo que isso altere a ordem das perguntas e respostas conforme pensadas inicialmente.

Outro discente (9I), aproveitando ou tentando sequenciar a opinião de 9D, inicia a sua intervenção e, elaborando um discurso metafórico, afirmou:

*- “Eu concordo com a colega (9D) e passando já à próxima pergunta sobre quem seria o culpado da guerra (...) para mim foi Portugal...”, “... porque quando tu invades o quintal do teu vizinho, ele reage... não se espera que o culpado seja o vizinho...” e “...já não era correto haver colonização...aquilo já era um conceito ultrapassado...” e ainda “...países colonizados têm crescimento limitado.” (9I)*

Neste momento da sua intervenção, o aluno 9I foi interpelado pelo moderador, no sentido de saber por que razão os países colonizados têm crescimento limitado. A resposta surgiu de forma natural:

- *“(...) o país colonizador tende a explorar ao máximo os recursos que a colónia tem, mas sem dar de volta (...) sem dar retorno.”* (9I)

Dois aspetos se destacam de imediato nas palavras deste interveniente (9I). Em primeiro lugar, o tal discurso metafórico em que o aluno elabora uma analogia usando a expressão “invadir o quintal do vizinho”. Mas o fulcral da expressão centra-se no vocábulo “invadir” pois, na verdade, parece ser o sentimento geral, que, de facto, Angola foi invadida pelos portugueses. A opinião de 9I foi confrontada com uma nova questão: “A presença de Portugal em Angola foi uma invasão?”. O aluno 9I começou por dizer que:

- *“...não foi bem uma invasão...”* (9I)

O que motivou uma outra intervenção muito espontânea de 9E que o contradisse de imediato e sem qualquer tipo de hesitação:

- *“...foi!”* (9E), justificando imediato:

- *“Acredito que foi uma invasão porque, pelos relatos que ouvi da minha família, o estilo de vida dos portugueses e a forma de viver dos portugueses era incutida nos angolanos, ou seja, os portugueses estavam em cima e os angolanos estavam em baixo, a passar mal...”* (9E) *...sendo que o território é nosso, nós é que tínhamos que passar mal...por causa dos portugueses...”* (9E).

Neste caso, e na qualidade de moderador, foi demonstrado o respeito pela opinião de 9E alertando para que considerasse a existência de opiniões opostas à apresentada.

Procurámos fazer com que a aluna entendesse que há opiniões próprias de angolanos, também muito contrárias a esta acabada de expor. Nesta sequência, o aluno 9B, interveio e mostrou-se em desacordo com 9E, salientando que o problema não deve, no fundo, ser perpetuado dessa forma.

O seu argumento foi o seguinte:

- *“Os nossos familiares, avós e bisavós, que participaram e combateram na guerra, já nasceram sob o poder português...”* (9B)

... opinando que estes angolanos nunca conheceram outra realidade que não fosse a presença e o domínio dos portugueses em Angola.

Naturalmente que uma entrevista ou debate desta natureza não é, nem poder ser, estanque e formatado, dado que, mesmo com orientação e moderação por parte do docente, podem sempre surgir outras questões em paralelo.

Neste sentido, surgiu a pergunta que, apesar de deslocada do nosso guião, não deixou de ser muito pertinente: “Angola ganhou esta guerra?”. A primeira resposta (9C) foi, no meu de vista, muito interessante porque acaba por demonstrar que estes alunos pensam, também, “fora da caixa”. Então, o 9C começa por responder:

- *“Para além de alcançarem o objetivo deles, que era serem independentes, se nós virmos com atenção, o que me passa pela cabeça é se terá mesmo valido a pena?”* (9C)

Instado a justificar-se, o discente 9C afirmou:

- *“Se nós formos a comparar como era a vida antes, quando os portugueses estavam cá com agora, no pós-guerra [civil]<sup>21</sup>, há muitas diferenças...não para o lado bom, mas sim para o lado mau”.* (9C)

As reações não se fizeram esperar.

- *“Essa é uma das razões pela qual eu acho que Portugal foi culpado das guerras [colonial e civil] porque todos os outros países que foram bem descolonizados, de certa forma ficaram mais bem organizados, mas Portugal simplesmente nos abandonou e nós tínhamos que ter um líder...”* (9D).

Esta intervenção, e aproveitando as palavras proferidas, conduziu-nos a outra situação. O moderador questionou o grupo: “Todos concordam com a observação (de 9D) quando afirma «...Portugal simplesmente nos abandonou...?”, “O que vos parece?” e “Portugal abandonou Angola ou foi «expulso»?”

Aqui as opiniões dividiram-se com maior tendência para considerarem que Portugal foi expulso. A instabilidade política, social e económica na era pós-descolonização é vista pelo grupo como uma das consequências mais graves de todo o processo.

---

<sup>21</sup> Nota do autor do relatório.

A intervenção de 9C sobre se terá mesmo valido a pena não foi esquecida. O aluno 9I procurou argumentar sobre a razoabilidade desta dúvida, recorrendo, mais uma vez, a analogias ou a comparações, afirmando:

- *“Para mim, o bem mais valioso do ser humano é a liberdade...”; “... isso é algo que nos transcende enquanto seres humanos...”; “... por isso, nenhum país deve ser submisso a outro, de forma alguma... por mais efeitos colaterais que isso possa acarretar”. (9I)*

Nesta sequência, a intervenção de 9H que se seguiu foi, a nosso ver também muito pertinente:

- *“Portugal não foi expulso simplesmente, foi porque não queria fazer a descolonização. Se eles mostrassem, pelo menos, uma iniciativa de querer descolonizar Angola, não teria havido essa guerra<sup>22</sup> e haveria menos tensão política e social (...). (9H)*

### **Questão n.º 2 – Quais as heranças desta Guerra/Luta no país, na tua família e em ti, em particular?**

O debate sobre esta questão acabou por ficar diluído com os argumentos que foram sendo gerados em função do assunto anterior. De facto, aqui, os alunos e o moderador não conseguiram construir uma narrativa sólida e coerente.

Por um lado, o moderador não quis condicionar o debate no sentido de impedir que os discentes se expressassem de forma livre e espontânea e, por outro, concluímos que a pergunta, na forma como foi pensada e elaborada, não terá possibilitado aos alunos uma resposta clara e concisa.

A dificuldade surgida pode ter sido resultado, apesar de lecionados e amplamente debatidos em sala de aula, de um distanciamento temporal dos factos em si mesmo.

---

<sup>22</sup> Luta de Libertação/Guerra Colonial

**Questão n.º 3 – Qual foi, na tua opinião, a importância desta Luta/Guerra para os angolanos?**

Esta questão foi lançada no debate de forma muito frontal e direta ao aluno 9A. A sua argumentação inicial resumiu-se do seguinte modo:

- “Na minha opinião, esta guerra foi importante...porque foi um dos acontecimentos necessários para a obtenção da liberdade...para a independência do povo angolano.” (9A)

Desta intervenção, queremos destacar dois momentos: pela primeira vez, até este momento do nosso debate, este discente utiliza a expressão “liberdade” associando o conceito à ideia de independência ou autonomia. O segundo aspeto a relevar, apesar de não ser novo no debate, mas que reforça outra referência já lançada, surge da ideia de a guerra ter sido como que “um mal necessário” em função da resistência do Estado Novo em promover um processo de descolonização. Facilmente todo o grupo concluiu que esta “necessidade” da guerra/luta de libertação era um sentimento que abrangia a grande maioria do povo angolano, isto é, teria de se lutar contra o país colonizador.

A discente 9D retomou a discussão manifestando, ainda, a sua opinião sobre a importância desta Luta/Guerra:

- “Eu não sou adepta da guerra e que a mesma é das coisas mais desnecessárias...” e que “...para um país que está a ser colonizado há praticamente quinhentos anos...todos os dias a sofrer...a ver outras pessoas...de um povo diferente, que não são da terra, a viverem bem...enquanto os nativos estão a viver mal...ache que, neste caso, a guerra justificou-se, sim.” (9D)

Gerou-se, então, um consenso entre o grupo e reforçando o mesmo sentido de ideia partilhado por outros discentes, que a guerra foi mesmo uma necessidade.

**Questão n.º 4 – Há, na tua opinião, um culpado evidente? Se sim, quem e porquê?**

*- “Para mim, isso é como aquela história do 6 e do 9. Eu, deste lado, posso estar a ver, como angolano, um 6, mas do lado de lá vejo um 9...o que eu quero dizer é que para mim...para nós, angolanos, os portugueses é que vieram para a nossa terra...e nós estávamos a lutar*

*pela nossa independência ... e, por isso, enquanto eu vejo por exemplo um 6, os portugueses estariam a ver, certamente um 9". (9C).*

Esta analogia, a meu ver, muito bem conseguida e explícita, por parte do aluno 9C, revela a perspetiva e pontos de vista opostos sobre a presença dos portugueses em Angola. Questionada diretamente pelo moderador sobre de quem foi a culpa da guerra, a aluna 9J<sup>23</sup> também não hesitou e construiu a sua narrativa nos seguintes moldes:

*- "Eu acho que foi dos portugueses, pois eles vieram colonizar um país que não era deles...nós, enquanto nativos perdemos a nossa identidade e a nossa cultura própria ...mas reconheço que enquanto os portugueses cá estavam, Angola estava mais desenvolvida...mais limpa, mas os únicos a aproveitar esses benefícios eram os portugueses...e alguns angolanos". (9J)*

Parecendo evidente de quem teria sido, efetivamente, a culpa desta Guerra/Luta de Libertação, o moderador lançou uma outra questão: "Estariam os angolanos preparados para fazer despoletar esta luta ou teriam condições humanas e militares para fazer desencadear um conflito desta envergadura perante um país como Portugal?"

*- "Preparados, não..., mas cansados!" (9J).*

*- "Portugal tinha um poderio militar muito superior, enquanto nós, angolanos, tínhamos apenas catanas..." (9G)<sup>24</sup>.*

A estas duas opiniões opôs-se 9H, argumentando da seguinte forma:

*- "A arma em si não dispara sozinha..."; "...os portugueses não conheciam bem o terreno angolano...ou seja, foi por isso que eles<sup>25</sup> ganharam vantagem". (9H)*

O aluno procurou argumentar que, apesar do aparente desequilíbrio de forças entre as forças armadas portuguesas e os movimentos de libertação de Angola, o facto de o conflito ter características de guerrilha constituiu uma enorme desvantagem para os portugueses, que resultava exatamente da falta de conhecimento das características do território.

---

<sup>23</sup> A discente 9J tem dupla nacionalidade (angolana e portuguesa).

<sup>24</sup> O discente 9G tem dupla nacionalidade (angolana e portuguesa).

<sup>25</sup> Os angolanos.



Por outro lado:

- *“Se estavam preparados ou não? Preparados ... obviamente que não estavam, mas aquilo<sup>26</sup> tinha que (se) iniciar...”* (9I).

Confrontados com a questão se o momento foi o ideal, a unanimidade das respostas afirmativas foi notória.

A última intervenção foi, também, curiosa, na medida em que o interlocutor (9B)<sup>27</sup> procurou construir uma narrativa a partir da perspectiva dos portugueses, ou seja, deveríamos tentar perceber porque é que Portugal reagiu desta forma e tentou rebater estas revoltas, afirmando:

- *“...que Portugal respondeu militarmente porque era iminente que poderia perder a posse da colónia e, conseqüentemente, o acesso aos intermináveis recursos disponíveis no território.”* (9B)

O grupo concluiu de forma consensual que o conflito era, pois, inevitável à semelhança de outras potências europeias como Inglaterra ou França que, em circunstâncias diferentes, também perderam as suas colónias.

Em jeito de balanço relativamente a esta questão, o grupo foi consensual quanto ao principal culpado do conflito que foi Portugal. No entanto, apesar desta convicção, todos concordaram que quem deu início ao conflito, em forma de protesto e sublevação, foram os angolanos.

---

<sup>26</sup> As primeiras lutas e sublevações.

<sup>27</sup> O discente 9B tem dupla nacionalidade (angolana e brasileira).

**Questão n.º 5 – De que forma esta Guerra/Luta de Libertação deve ser lembrada nos dias de hoje?**

- *“Eu falei com...algumas pessoas da minha família que tiveram algum contacto com esta guerra...que viveram de frente com a guerra, nomeadamente os meus avós...e que foi sangrenta e desnecessária”. (9H)*

- *“A guerra deve ser lembrada como símbolo de união, força e liberdade...e coragem, porque nós nos unimos para alcançar a nossa liberdade e, para isso, tivemos de usar toda a nossa força, tanto mental como física” (9D).*

Também deve ser lembrada como:

- *“...uma demonstração de que quando o nosso povo quer, com força e união, consegue!” (9E)*

- *“...um ato corajoso que marcou a independência do nosso país e a nossa liberdade...” (9A)<sup>28</sup> e*

- *“...deve ser lembrada como uma demonstração do tamanho gigantesco da força de vontade dos angolanos...” (9B)*

- *“...a coragem que alguns angolanos tiveram para construir um país independente...” (9F)*

- *“...uma demonstração de força, de poder, de orgulho e, de certa forma, de alegria...” (9I).*

De facto, esta é a mensagem principal que tem passado, nos últimos anos, de geração em geração, em Angola. Os angolanos mais idosos que, ainda hoje, fazem relatos na primeira pessoa sobre momentos vividos neste período, destacam sobretudo o espírito de coragem e de união entre todos os angolanos.

Neste momento do nosso debate foi notório que praticamente todos os alunos demonstraram, não só pelas palavras, mas também pelas suas expressões faciais, um sentimento de orgulho nacional difícil de mensurar.

---

<sup>28</sup> O discente 9A tem dupla nacionalidade (angolana e portuguesa).

**Questão n.º 6 – De que modo é que esta Luta de Libertação pode ter influenciado o futuro dos angolanos?**

Lançada esta questão para o debate, os discentes revelaram alguma dificuldade em construir uma narrativa coerente. Primeiramente, abordaram o assunto transpondo para o plano de discussão a problemática do sistema educativo, ainda hoje, vigente em Angola.

O que disseram os alunos:

*- “Eu debati esta questão com a minha mãe ... que me disse que a Luta de Libertação influenciou muito na educação dos angolanos...” (9F).*

O discente pretendia dizer que como consequência dos conflitos<sup>29</sup> vividos durante muitas décadas, e após um período de paz significativo, o Estado angolano não investiu num sistema educativo moderno, integrador e reflexivo. É relevante a preocupação dos alunos em relação a esta questão. E porquê? Exatamente pelo facto de, conforme anteriormente referido, serem jovens estudantes de elevada condição económica e social, que lhes permite estudar em escolas privadas e, ao mesmo tempo, não deixaram de demonstrar esta preocupação com o estado atual da educação no país. Outros interlocutores foram revelando discordância em relação à primeira opinião:

*- “Eu não concordo com a afirmação de 9F porque até hoje não se fez nada pela educação em Angola...” (9E).*

A ideia principal que 9E desejava partilhar e debater resulta do entendimento, confirmado mais tarde, que o facto de Angola ter um sistema educativo desigual e fragilizado, não é uma consequência da Luta de Libertação, mas o resultado de uma aposta muito limitada ou quase inexistente, num sistema educativo diferente e baseado em modelos modernos e avançados, como por exemplo o sistema educativo português, sem esquecer, naturalmente, as circunstâncias culturais do país.

Neste sentido, foi unânime a conclusão de que o atual nível de desenvolvimento de Angola é, em grande parte, um reflexo do sistema educativo adotado. O aluno 9I procurou introduzir uma outra interpretação, também válida, sobre esta questão referindo-se à

---

<sup>29</sup> Luta de Libertação/Guerra Colonial e a Guerra Civil.

educação não como um resultado direto do próprio sistema educativo, mas sim a algo que, hoje, ainda é muito vincado em Angola e que é a educação patriótica.

Os angolanos têm muito presente este sentimento de união nacional e de orgulho patriótico transmitido não apenas pelo sistema educativo, mas também pela transmissão de valores culturais e familiares, o que é, a ambos os níveis, notável.

Deste ponto até à introdução do tema, que ainda hoje está, infelizmente, na ordem do dia, a corrupção foi um exercício quase instantâneo. Pensamos que esta rápida passagem se deve, na lógica dos alunos, a uma necessidade de justificar, se é que é possível, uma prática tão profundamente enraizada na sociedade angolana. O analista político Orlando de Castro, em entrevista à DW, afirmou: *“O problema todo reside no facto de a corrupção em Angola ser uma instituição nacional. Este sistema gerou a corrupção e a corrupção estendeu os tentáculos a toda a gente.”*<sup>30</sup>

Sobre esta problemática a discente 9D afirmou:

- *“Eu penso que uma das consequências nos países mal descolonizados é exatamente a corrupção..., não é segredo nenhum que aqui, em Angola, isso ainda é uma prática bem presente..., o dinheiro que deveria ser investido na saúde ou na educação vai parar a outros bolsos...”*. (9D).

Estas afirmações foram confrontadas com uma questão muito direta exposta por 9I:

- *“De que modo a descolonização afetou a corrupção?”* (9I)

O debate generalizou-se com várias opiniões e com o objetivo de chegarmos a um ponto de entendimento sobre a questão da corrupção. O consenso foi encontrado quando os discentes, após troca de ideias em grupo, concluíram que o modo menos conseguido e as circunstâncias em que decorreu o processo de descolonização, potenciou ou promoveu a ambição pelo poder assumido por todos os movimentos de libertação. Este anseio desmedido pelo poder político de Angola terá sido a base para o espoletar da guerra civil que decorreu, de forma quase ininterrupta, até ao ano de 2002. O país, após a saída dos portugueses, entrou num processo de disputa de poder que resultou numa terrível guerra civil<sup>31</sup>.

---

<sup>30</sup> <https://p.dw.com/p/2uf4s>, consultado em 13 de setembro de 2022.

<sup>31</sup> Entre 1975-2002.

O atual estado de desenvolvimento de Angola, apesar de algo desenquadrado neste momento do debate, não foi deixado de ser debatido pelos interlocutores. Estes demonstraram uma preocupação natural em justificar o motivo de Angola ainda se encontrar num estado precário e que, apesar de todas as condições em recursos naturais e minerais, não consegue “dar o salto” para sair do grupo dos países em desenvolvimento. Ainda o discente 9I:

- *“A culpa já nem é do processo de descolonização...nem da Guerra Civil...a culpa é do Governo...”* (9I).

O discente propunha para debate a ideia de que já se vinte anos e que, por isso, já não há justificação para que não haja um maior desenvolvimento educativo dos jovens angolanos, que são a base da população do país.

- *“Em vinte anos não se mudam mentalidades!”* – afirmou, perentoriamente, 9D.

Neste sentido, estamos de acordo. No entanto, a questão estava mais centrada no facto de, ao longo destes últimos vinte anos de paz, não se ter feito no país profundas reformas do sistema educativo angolano que permitissem, de forma gradual e progressiva, catapultar Angola para um patamar superior ao nível educativo.

Por outro lado, o consenso foi encontrado quando se questionou se teria sido, talvez, uma questão de prioridades. As opções de políticas públicas de cariz económico e social podem ter sido decididas em função da consciência de que era preciso satisfazer as necessidades mais básicas de sobrevivência, nomeadamente ao nível da alimentação e da habitação.

No entanto, estas são questões que apesar de importantes nos desviam do objetivo principal do nosso trabalho. O remate final, por parte de 9D, não deixou de ser, porém, muito interessante e que nos remete para a questão de mentalidade de parte da população angolana:

- *“Os que sobreviveram a esses acontecimentos, já são bem mais velhos e Angola prefere dar voz aos mais velhos, que têm uma mentalidade mais atrasada, do que aos mais novos que poderiam ajudar (a mudar esta mentalidade)”*. (9D)

## Questão n.º 7 – Consideras que este é um assunto que está presente apenas nas aulas de História?

Foi, de facto, interessante constatar a unanimidade dos alunos ao responderem de forma espontânea e quase em uníssono “Não”.

A justificação para esta convicção dos estudantes precisaria de tempo para ser mais bem trabalhada e estruturada. O discente 9A argumentou da seguinte forma:

*- “Acho que, não só para mim, mas para todos os colegas, este assunto está muito presente na sociedade, nas nossas famílias, no dia-a-dia, em todo o lado...atualmente há muita gente que guarda algum rancor...eu noto muito isso...há como que um sentimento de amor e ódio por Portugal...apesar de ser abordado nas aulas de História é um assunto que, pela sua importância, ainda está muito presente na vida dos angolanos”. (9A)*

*- “Eu acho que esse assunto não deve ser só abordado nas aulas de História...para muitos angolanos foi uma questão muito marcante na vida deles...não foi fácil, penso eu, pelas descrições que ouvi, mas é um tema que tem de ser abordado porque as novas gerações têm de saber que o povo angolano é um povo unido”. (9H)*

A intervenção seguinte, de 9E, veio acrescentar um pouco mais de pertinência ao debate.

*- “Eu tenho irmãos da minha avó...que participaram na guerra de libertação e falam que são muito pouco ou nada reconhecidos. Nas datas comemorativas, como o 4 de fevereiro, no 15 de março...já não se fazem grandes coisas”.*

De acordo com os alunos, não há reconhecimento por parte do Estado angolano de tudo aquilo que os angolanos mais velhos, que participaram e lutaram pela independência de Angola. Estas pessoas não são valorizadas e não são reconhecidas.

Este é um assunto que deve continuar a ser debatido e ser passado de geração em geração. Porquê? Primeiro, para que não seja nunca...

*- “... esquecida a real identidade do povo angolano...” (9B),*

[assim como o esforço e os objetivos dos angolanos que lutaram pela independência].

Este tema é uma questão socialmente viva, isto é, deve estar sempre, pela sua importância, nas mentes e nos espíritos dos angolanos e dos portugueses. Não pode, nem deve, ser esquecido ou ser apagado da memória de todos.

Mais uma vez, os estudantes procuraram na ideia de união construir e justificar a base das suas respostas. No entanto, é notório que há uma preocupação subjacente nas suas opiniões que vincula a ideia de orgulho nacional, de patriotismo e de nacionalismo.

**Questão n.º 8 – Na tua opinião fará diferença estudar estes assuntos na perspetiva do currículo português, sendo vocês angolanos?**

A discente 9D, a pedido do moderador, efetuou a leitura desta questão em voz alta para toda a turma e, de imediato, pediu o consentimento aos colegas para dar a sua opinião:

- “Eu acho que não faz diferença nenhuma porque depende muito da mentalidade e da educação que (os nossos pais) te dão em casa ... por exemplo, nas aulas de História porque é que o professor é imparcial? Para que cada um de nós consiga criar as suas próprias ideias...” (9D).

Naturalmente que esta abordagem da discente 9D levou-nos a debater a questão da imparcialidade, neste caso do docente que é de nacionalidade portuguesa. Confrontados com a questão se consideram que o professor é ou foi sempre imparcial:

- “... às vezes ...” (9D).

- “...sim, quase sempre...” (9E).

Deste modo, foi explicado aos discentes que nenhum professor, neste caso da disciplina de História, pode afirmar que é totalmente isento e imparcial. No entanto, não deve deixar, nunca, de promover a pluralidade de perspetivas.

Na qualidade de moderador deste debate tentei transmitir aos alunos o meu objetivo em tentar ser objetivo na medida em que, se assim não fosse, não me comprometeria em realizar este mesmo debate e muito menos me proporia a realizar este relatório de estágio, ou seja, não teria a preocupação de querer saber a opinião e as perspetivas dos meus alunos enquanto estudantes angolanos.

O discente 9C interveio, afirmando:

- “Eu acho que estes assuntos devem ser primeiramente discutidos na escola...antes de serem debatidos em casa com os familiares...porque os nossos pais e avós ainda têm aquela mentalidade ou modo de pensar retrógrado...” (9C).

- "... o programa (português) sobre este tema não é muito parcial...eu sei, também, porque já estudei (em escolas) com currículo angolano e que este é muito mais parcial...e a diferença é que este (currículo angolano) retrata apenas os factos..." (9I).

O moderador introduz uma nova questão:

- Qual é a versão (portuguesa ou angola) que, em função dos vossos conhecimentos, mais se aproxima daquilo que vocês consideram ser verdade?

De imediato 9I interveio:

- "... não vou dizer que é Manual A ou o Manual B estão a mentir..., mas... eu acho que, na apresentação de factos, o Manual do currículo português acaba por ser melhor porque o do currículo angolano não apresenta só factos, mas tenta sempre incutir na nossa cabeça as opiniões (as perspetivas) que neste caso os angolanos têm. Não que esteja errado...porque eu partilho a mesma opinião que eles (perspetiva do currículo angolano) porque, por exemplo, uma pessoa não saiba nada sobre esta guerra e fosse ler os Manuais angolanos...ficaria, certamente, revoltada. Por isso, acho que esta não seria a melhor forma de ensinar...e que a melhor seria a do currículo português." (9B)<sup>32</sup>.

No nosso entender, parece haver neste discurso do discente 9B alguma contradição, pois, por um lado afirma que o modo como os factos são apresentados no currículo angolano, apesar de não estarem errados procuram, de alguma maneira, influenciar ou formatar a perspetiva dos discentes e, por outro, considera que a melhor forma de ensinar seria a que consta nos manuais portugueses.

Outra intervenção curiosa e a nosso ver muito pertinente foi protagonizada pela discente 9E ao afirmar:

- "...se eu fosse ter uma ideia base (sobre a guerra), vinda de minha casa e o stôr chegasse aqui na escola e me contasse sobre a guerra eu iria ficar...não confusa, mas...não acreditaria no professor... porque da forma como a minha avó conta como foi...o rancor com que ela conta...ela perdeu metade da família na guerra...achas que ela vai dizer que os portugueses são quê?...bailarinos?...estão a brincar connosco... não...". (9E)

- "... pois..." (9D).

---

<sup>32</sup> O discente 9B tem dupla nacionalidade (angolana e brasileira).



Eis-nos chegados, com esta intervenção, ao âmago da questão. Notou-se, de forma muito clara, que há nesta narrativa um sentimento de muita revolta e de dor transmitida à discente 9E pela sua avó e que vai ao encontro de uma opinião quase generalizada sobre o que pensam grande parte dos discentes angolanos.

A questão mais curiosa tem a ver com o facto de as opiniões são formadas maioritariamente com base nos relatos orais transmitidos pelas gerações anteriores, e menos como resultado de algum tipo de pesquisa e investigação.

É exatamente essa perspetiva que é importante destacar nesta nossa conversa, ou seja, é saber como se formam opiniões, saber como estas ideias são passadas de geração em geração. Neste caso em concreto, foi possível perceber como os avós e os tios-avós da discente 9E, que participaram diretamente neste conflito sofreram muito, nomeadamente ao nível da estrutura familiar com a perda de muitos familiares. Estas vivências geram nas pessoas um sentimento de rancor ou, até mesmo, de algum ódio pelos portugueses.

Dada a importância desta intervenção, a discente foi questionada pelo moderador sobre se tivesse de escolher uma das perspetivas sobre a Luta de Libertação, qual seria a sua opção. Sem qualquer tipo de hesitação, a discente afirmou:

- *“Nenhuma das duas...” (9E).*

Por outro lado...

- *“Eu defendo uma outra teoria...acho que se deveria ler os dois manuais...porque, por exemplo, um manual sul-africano ou um francês não retratariam tão bem a guerra como os (manuais) angolanos e portugueses...” (9I).*

O objetivo aqui reporta-se à preocupação existente para que os discentes entendam que qualquer outra perspetiva (de um outro país) seria, também, parcial. Abordamos, como exemplo, a forma de tratamento deste tema por um país como África do Sul, Estados Unidos da América ou Cuba. Os discentes aperceberam-se, de imediato, onde queríamos chegar, pois a perspetiva sul-africana ou norte-americana seria oposta à perspetiva cubana, em função das tomadas de posição e apoios prestados por estes países.

Outra opinião de 9I:

- *“Eu acho que esse sentimento de rancor que estamos aqui a falar...acho que são casos muito à parte. É só analisarmos o nosso país... todo o mundo...o sonho dos angolanos é ir*

*para Portugal, as férias mais frequentes são em Portugal...Portugal é o nosso maior parceiro económico...Angola tem o maior número de expatriados que são portugueses...então... na minha família, por exemplo, o meu bisavô foi assassinado por um fazendeiro português e o meu avô não guardou nenhum rancor contra os portugueses...tanto é que, alguns anos mais tarde, acabou por casar com uma senhora portuguesa...". (91)*

Note-se que a referência ao número de expatriados, por parte do discente não é correta, mas o que consideramos pertinente foi esta abordagem que não deixa de ser no mínimo curiosa. Como sabemos este sentimento nutrido por muitos angolanos, de rancor e até de algum ódio, é contrariado em inúmeras situações com práticas opostas, isto é muitos angolanos, apesar de tecerem os mais diversos comentários depreciativos sobre Portugal e os portugueses, demonstram uma vontade e um gosto enorme em viajar e permanecer em Portugal.

Conforme já referido, este grupo de discentes<sup>33</sup> fez todo o percurso escolar, no Colégio Português de Luanda. Assim, a sua formação académica, até ao 9.º ano de escolaridade teve sempre como base o currículo português e os respetivos manuais escolares que foram sendo adotados ao longo dos anos letivos frequentados por estes alunos.

Outro aspeto importante é o facto de eu ter lecionado aulas de História em escolas com currículo angolano. A forma de tratamento e abordagem das várias questões associadas a esta problemática da Luta de Libertação são tratadas de forma substancialmente diferente consoante a perspetiva de cada um dos países em questão.

A minha experiência como professor de História em Angola no currículo angolano permitiu-me observar e simultaneamente entender a visão dos angolanos sobre este conflito que conduziu à independência de Angola. Esta mesma experiência acumulada que resulta da curiosidade de saber e entender como “os outros” viam e debatiam estas questões contribuiu de forma inequívoca para a temática deste relatório.

Deste modo, pareceu-nos pertinente para o Relatório de Estágio analisarmos alguns dos manuais de História que são referências em Angola, no ensino da disciplina.

---

<sup>33</sup> Com exceção do discente 9C.

## **CAPÍTULO 5**

### **5.1. Os Manuais de História em Angola**

#### **5.1.1. O Manual de História da 5.ª Classe**

O Manual de História da 5.ª Classe<sup>34</sup> que foi elaborado com base na atualização curricular de 2018, caracteriza no Tema 7 “A Luta de Libertação Nacional”. É uma publicação muito imagética<sup>35</sup>, na medida em que recorre muito ao uso de imagens significativas e impactantes e, ao mesmo tempo, utiliza textos extremamente curtos e com uma linguagem muito direta, mesmo levando em linha de conta o facto de se tratar de um manual escolar dirigido a estudantes cuja média de idades é de 10 anos.

Outro ponto muito interessante de observar centra-se no tipo de construção narrativa presente neste e em outros manuais escolares angolanos. Os autores recorrem frequentemente a uma narrativa oficial, de carácter nacionalista e patriótico, através da qual exaltam os esforços e os sacrifícios recentemente vividos pelos angolanos na sua luta de libertação em prol da tão almejada independência nacional.

#### **5.1.2. Sobre a Luta de Libertação Nacional**

O tema é introduzido de forma simples e com uma argumentação direta:

“Perante a insistência do regime colonial em não querer libertar o povo angolano, os nacionalistas angolanos viram-se obrigados a organizarem-se em movimentos reivindicativos, primeiro de forma clandestina e, mais tarde, de luta armada contra o colonialismo português.” (Nsiangengo, 2018, p. 100)

No ponto 7.1.1. faz-se a apologia dos povos que, no passado, viviam nos territórios que hoje constituem Angola e que eram livres.

“As primeiras manifestações da tomada de consciência da necessidade de lutar pela liberdade (nacionalismo) datam de 1575 data em que Ngola Kiluanje travou a campanha de ocupação conduzida pelo português Paulo Dias de Novais na colónia de Angola. No entanto,

---

<sup>34</sup> Ver Apêndice I

<sup>35</sup> Ver Apêndice III

são numerosas as manifestações do nacionalismo na história de Angola.” (Nsiangengo, 2018, p. 101)

Desde essa época até à proclamação da independência de Angola<sup>36</sup> foram numerosas as lutas contra os colonos, com particular destaque para o aperfeiçoamento das formas de luta, em função da experiência adquirida pelos angolanos ao longo do tempo. Neste ponto destaca-se, ainda, o importante papel de alguns reis e chefes tribais, nomeadamente Ekuikui II, Mandume e Mutu ya Kevela, na medida em que foram personalidades que conseguiram desenvolver uma grande mobilização popular para combaterem as formas de opressão. (Nsiangengo, 2018, p. 101)

Já em pleno século XX, sobretudo a partir de meados dos anos 50, começaram a surgir as primeiras organizações independentistas, com particular destaque para os grupos angolanos que se formaram no norte de Angola, nomeadamente o PLUA<sup>37</sup> e a UPNA<sup>38</sup>, esta última que veio dar origem à UPA<sup>39</sup>.

No ponto 7.2 os autores explicam, na sua perspetiva, como se procedeu à passagem das primeiras organizações nacionalistas a movimentos de libertação. Neste capítulo evidencia-se a figura e a personalidade de António Agostinho Neto com uma fotografia do arquivo da PIDE<sup>40</sup>.

A explanação deste conteúdo tem por base o reforço da ação da Polícia Internacional de Defesa do Estado (PIDE) nomeadamente na perseguição de alguns nacionalistas, entre eles Viriato da Cruz e Ilídio Machado. Na segunda metade da década de 50 do século XX formou-se o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), através da criação de um manifesto redigido manualmente por alguns nacionalistas angolanos como Pinto de Andrade, Viriato da Cruz, António Jacinto, entre outros.

Sobre a luta armada, o Manual destaca as figuras dos três principais líderes<sup>41</sup> dos Movimentos de Libertação Nacional e o seu papel nestas ações preponderantes. Refira-se, a este propósito, que só há relativamente pouco tempo é que os manuais escolares em Angola começaram a fazer referências ao líderes da UNITA e da FNLA pois, durante muito tempo

---

<sup>36</sup> Em 11 de novembro de 1975.

<sup>37</sup> Partido de Luta Unida por Angola, em 1953.

<sup>38</sup> União das Populações do Norte de Angola, em 1954.

<sup>39</sup> União das Populações de Angola, em 1958.

<sup>40</sup> Ver apêndice III.

<sup>41</sup> Agostinho Neto (MPLA), Holden Roberto (FNLA) e Jonas Savimbi (UNITA).

apenas se considerava como determinante a ação do líder do MPLA, António Agostinho Neto. Tenho presente na minha memória, enquanto professor de História no currículo angolano, o facto dos manuais de História condizentes com a reforma educativa de Angola de 2002, não incluírem na abordagem da luta de libertação qualquer referência a outros líderes angolanos. No entanto, foi impossível encontrar referências concretas sobre tal facto.

Nesta fase inicial da luta armada destaca-se a influência e o apoio dos países vizinhos de Angola, recentemente independentes, que despertou, nos angolanos, um sentimento maior e um desejo inabalável de liberdade do povo angolano que estava sob o domínio colonial português.

Os principais acontecimentos datados de 1961 são nomeados pelo Manual como “O Massacre da Baixa do Kassanje” em 4 de janeiro. Neste ponto é referida a existência de um “levantamento popular rigoroso (...) contra as mediócras condições de vida dos trabalhadores da região algodoeira da Baixa do Kassanje.”<sup>42</sup>. O destaque sobre este acontecimento é dado à reação dura e violenta das autoridades coloniais que reprimiram esta contestação. Parece-nos que esta ação de violência do regime colonial ganha destaque na exposição do acontecimento e, por isso, o mesmo é denominado pelos autores como o “Massacre da Baixa do Kassanje”.

Sobre o dia 4 de fevereiro de 1961, a obra refere o ataque à cadeia de São Paulo em Luanda, com o objetivo de libertar os presos políticos que aí se encontravam. Esta data assume no ideário angolano um peso simbólico e extremamente importante, na medida em que é a data oficial que marcou o início da Luta Armada de Libertação Nacional<sup>43</sup>, de tal modo que a expressão “4 de fevereiro” é parte integrante do Hino Nacional de Angola<sup>44</sup>.

Segue-se a descrição de alguns dos muitos episódios da luta armada, com particular destaque para as ações dos denominados braços armados dos movimentos independentistas. O MPLA procedeu à criação do EPLA<sup>45</sup> após o envio de muitos dos seus militantes para Marrocos, Gana, Argélia e Checoslováquia para receberem treino militar.

---

<sup>42</sup> In *Manual de História*, 5.ª Classe (atualizado), 2018, página 105 e 106.

<sup>43</sup> In *Manual de História*, 5.ª Classe (atualizado), 2018, página 107.

<sup>44</sup> Ver apêndice IV.

<sup>45</sup> Exército Popular de Libertação de Angola.

Por sua vez, Holden Roberto formou a partir do Congo-Kinshasa, um exército denominado ELNA<sup>46</sup>. Mais tarde, um grupo de dissidentes da FNLA, liderados por Jonas Savimbi, formou também um braço armado da UNITA, denominado FALA<sup>47</sup>.

Entre os nomes dos nacionalistas mais influentes, o destaque vai, naturalmente<sup>48</sup>, para o nome de António Agostinho Neto que tendo sido preso e deportado duas vezes, assumiu a presidência do MPLA em 1962. Neste confronto entre o regime colonial português e os movimentos independentistas de Angola ganhou particular destaque o denominado “Processo dos 50”<sup>49</sup> que, segundo o Manual da 5.ª Classe, ficou célebre quer pelo número de patriotas envolvidos, quer pelo “caráter de atropelamento das mais elementares regras de justiça que caracterizam a repressão colonial”<sup>50</sup>.

As últimas referências sobre esta temática são denominadas no Manual como “O 25 de Abril de 1974” e “O 11 de Novembro de 1975”.

Sobre o primeiro, a perspetiva dos autores vai ao encontro de uma descrição geral sobre este período da História de Portugal, apontando o alastramento das guerras, para além de Angola, aos territórios ultramarinos de Moçambique, Cabo Verde e Guiné-Bissau.

Por outro lado, estas operações militares implicavam grandes custos financeiros despendidos pelo Estado português, para além do mal-estar geral que se traduzia na morte de muitos jovens militares portugueses em terras de Angola. Referem, ainda, os autores que “... o regime fascista português, além de oprimir os povos das colónias, também oprimia o próprio povo português e perseguia os mais progressistas, ou seja, os que não apoiavam o regime colonial. Estes eram enviados para as colónias para sustentar a guerra” (Nsiangengo, 2018, p. 110), tendo este clima de guerra nos territórios ultramarinos e a intensificação das ações da PIDE culminado num golpe de Estado militar, no dia 25 de abril de 1974.

Quanto ao 11 de novembro de 1975, as referências essenciais vão no sentido de afirmarem que o golpe de Estado ocorrido em Portugal levou ao reconhecimento dos três principais movimentos independentistas em Angola<sup>51</sup> o que permitiu a realização de uma cimeira que,

---

<sup>46</sup> Exército de Libertação Nacional de Angola.

<sup>47</sup> Forças Armadas de Libertação de Angola.

<sup>48</sup> António Agostinho Neto foi e é, ainda hoje, considerado o pai da nação angolana e, por isso, um herói nacional.

<sup>49</sup> In *Manual de História*, 5.ª Classe (atualizado), 2018, página 109.

<sup>50</sup> Ver apêndice V.

<sup>51</sup> MPLA, FNLA e UNITA.

por sua vez, conduziu à assinatura do Acordo de Alvor<sup>52</sup>. Neste, Portugal reconheceu o direito de Angola à independência e que a mesma seria proclamada<sup>53</sup> a 11 de novembro desse mesmo ano.

“Apesar da guerra, a independência de Angola foi proclamada às zero horas do dia 11 de Novembro de 1975 pelo presidente do MPLA, o camarada António Agostinho Neto, que passou a ser o primeiro Presidente República Popular de Angola.”<sup>54</sup>

### 5.1.3. O Manual de História da 6.ª Classe

O Manual de História da 6.ª Classe, por sua vez, aborda no tema 6, “O nascimento de novos Estados e o presente”, a questão dos movimentos nacionalistas que surgiram nos anos 60 do século XX, intitulando em 6.1.3., “Os movimentos de libertação nacional nas colónias portuguesas”.

Neste subcapítulo, os autores demonstram a preocupação de detalhar cronologicamente o surgimento dos primeiros movimentos nacionalistas em África, sobretudo em função da nova lei<sup>55</sup> do estatuto do indígena publicada em 1954.

“Em 1954, foi publicada a lei que reforçava a categoria de indígena nas províncias portuguesas da Guiné, Angola e Moçambique. Esses africanos ficavam com mais dificuldade de abandonar o estatuto de indígena porque eram de raça negra ou os seus descendentes que não possuíam ainda a cultura e os hábitos dos cidadãos portugueses”.<sup>56</sup>

O referido decreto-lei<sup>57</sup> menciona este assunto da seguinte forma:

“Consideram-se indígenas das referidas províncias os indivíduos de raça negra ou seus descendentes que, tendo nascido ou vivendo habitualmente nelas, não possuam ainda a

---

<sup>52</sup> Em 15 de janeiro de 1975.

<sup>53</sup> Ver apêndice VII

<sup>54</sup> In *Manual de História*, 5.ª Classe (atualizado), 2018, página 111.

<sup>55</sup> Decreto-Lei n.º 39 666 de 20 de maio de 1954.

<sup>56</sup> In *Manual de História*, 6.ª Classe (atualizado), 2018, pág. 83

<sup>57</sup> Decreto-Lei n.º 39 666, de 20 de maio de 1954, p. 560.

ilustração e os hábitos individuais e sociais pressupostos para a integral aplicação do direito público e privado dos cidadãos portugueses.”

A partir deste ponto há como que um reforço, para não dizer repetição, das ideias já partilhadas no Manual da 5.ª Classe já analisado. Aborda-se de novo o início da Luta Armada no Norte de Angola, a ação da UPA e a referência a Agostinho Neto que assume a presidência do MPLA em 1962.

Já em 1966, surge um outro movimento nacionalista – UNITA – fundada por Jonas Malheiro Savimbi, seguido do golpe de Estado em Portugal, a 25 de abril de 1974 e, por fim, a proclamação de independência de Angola pelo Dr. António Agostinho Neto.

Neste capítulo, o que nos parece muito interessante é a inserção integral do texto<sup>58</sup> da proclamação proferida por Agostinho Neto no dia 11 de novembro de 1975. A leitura e a análise do texto em referência reveste-se de importância, na medida em que, apesar de algo extenso, traduz o sentimento e a visão dos angolanos naquela altura, sobre o passado recente do país e de tudo o que se passou nestes anos de luta pela libertação, assim como o que se perspectivava na época.

---

<sup>58</sup> Ver apêndice VIII



## CAPÍTULO 6

### “Independência, esta é nossa memória”

Consideramos que este capítulo é, a todos os níveis, muito especial na medida em que, trata-se de um conjunto riquíssimo de informações que, a nosso ver, está muito bem elaborado.

O Projecto Angola – Nos Trilhos da Independência, promovido e dirigido pela Associação Tchiweka de Documentação, e com a produção audiovisual da Geração 80, nasceu da necessidade de preservar a História (e as histórias) dos que participaram na luta de libertação de Angola

É um documentário denominado “Independência, esta é a nossa memória” desenvolvido e realizado por jovens realizadores angolanos numa parceria com a Associação Tchiweka de Documentação.

Este trabalho, realizado em 2015, surgiu para assinalar os 40 anos de independência<sup>59</sup> de Angola e visou, essencialmente, promover, divulgar e guardar para memória futura, uma parte significativa das memórias da situação colonial. Revela os passos iniciais da Luta de Libertação e percorre alguns dos seus principais cenários.

Entre os anos de 1961 e 1974, a guerra em Angola alastrou desde as matas do Norte e de Cabinda para o Leste do país, envolvendo inúmeras pessoas, combatentes e apoiantes da guerrilha.

Entretanto, prisões e campos prisionais enchiam-se de presos políticos. Por outro lado, um conjunto de reformas jurídicas, políticas e económicas levadas a cabo por Portugal, acabaram por se traduzir num esforço militar para prolongar uma guerra que não poderia vencer.

Entre os anos de 2010 e 2015, o projeto “Angola – nos trilhos da independência” recolheu cerca de 600 testemunhos de pessoas que participaram na luta pela independência de Angola.

---

<sup>59</sup> Angola tornou-se independente em 11 de novembro de 1975.

## Parte I

### A tomada de consciência e os primeiros movimentos independentistas.

A primeira parte deste documentário tem um cariz introdutório e procura explicar o que estes 40 anos de independência representam para os angolanos e que memórias restam da sua luta.

Os primeiros relatos descrevem algumas das muitas dificuldades vividas e sentidas pelas pessoas, com particular destaque para as diferenciações sociais praticadas:

- “Quando a gente está a sofrer, (nós) não vemos, sentimos...ao passo que quando outrem está a sofrer, nós estamos vendo e sentimos muito mais, ainda.”<sup>60</sup>

- “Eu vi com os meus olhos o meu pai a ir no contrato, trabalhar no café, (...) durante um ano ou ano e meio (...) e o que se pagava era uma gota do oceano (...) e isso não agradou o povo”.<sup>61</sup>

Luanda, nos anos 50 do século XX, estava dividida em duas partes: a parte baixa da cidade ou parte urbana, onde viviam os colonos e os musseques<sup>62</sup>, onde viviam os angolanos.



**Figura 2** - Divisão da cidade de Luanda nos anos 50 do século XX. Fonte: Associação Tchiweka de Documentação

---

<sup>60</sup> Testemunho de Augusto Loth, enfermeiro e preso político.

<sup>61</sup> Testemunho de Adolfo Francisco, membro do secretariado da UPA/FNLA e clandestino.

<sup>62</sup> Denominação atribuída aos bairros populares da cidade ou também chamados bairros de lata.

Aqui, e num outro testemunho<sup>63</sup> na 1.ª pessoa, pretende-se caracterizar a distinção social e étnica que era patente na cidade.

Um outro aspeto que nos parece interessante, e motivo de relevo, centra-se no facto de haver, naquela época, uma distinção social e étnica promovida pela colonização em relação, por exemplo, a algumas profissões, nomeadamente o chauffeur de machimbombo<sup>64</sup> só poderia ser branco:

- “(...) nem cobradores (...) os cobradores eram os mulatos e chauffeur de táxi também só brancos (...)”<sup>65</sup>.

Tanto Angola como outras colónias portuguesas em África forneciam recursos económicos à ditadura de Salazar. Para explorar essas riquezas, o regime colonial recorria, sobretudo, ao trabalho forçado com ou sem salário, com ou sem contrato.

Depois da 2.ª Guerra Mundial e ao contrário de outros países europeus, Portugal reforçou a colonização, chamando às colónias de Províncias Ultramarinas, mas mantendo o Estatuto dos Indígenas.<sup>66</sup>

Neste sentido, foi-se desenvolvendo um sentimento de necessária mudança, sendo notória uma forte influência de líderes de outros países que tinham adquirido a sua independência recentemente, como por exemplo do Gana<sup>67</sup> ou da Guiné-Conacri.<sup>68</sup>

Sendo proibidos, pelo regime político os sindicatos e os partidos, os angolanos começaram a organizar-se em associações culturais, clubes desportivos e nas igrejas, apesar da presença da PIDE<sup>69</sup>, reforçada a partir de 1957, em Angola.

---

<sup>63</sup> Noé Santos, estudante e preso político.

<sup>64</sup> Autocarro de passageiros.

<sup>65</sup> Testemunho de Benigno V. Lopes, estudante, guerrilheiro e comandante.

<sup>66</sup> Decreto-Lei 39 666, de 20 de maio de 1954.

<sup>67</sup> Em 6 de março de 1957.

<sup>68</sup> Em 2 de outubro de 1958.

<sup>69</sup> Polícia Internacional de Defesa do Estado.

Destaque sobretudo para o importantíssimo papel da Igreja Metodista. Foi através desta congregação religiosa que muitos angolanos começaram a compreender a situação vivida, a discutir e a argumentar a realidade política, económica e social, em reuniões clandestinas.



**Figura 3** - Reunião de cariz político numa igreja metodista em Luanda, anos 50.

Fonte: Associação Tchiweka de Documentação.

Um dos nomes maiores da Luta de Libertação em Angola foi o de Deolinda Rodrigues que, enquanto estudante de liceu e membro da igreja metodista, cedo integrou um dos grupos clandestinos.

*“Luanda, 9 de Setembro de 1956. O Bigorna trouxe para casa o Belarmino que me fez perguntas...parece aceitar-me no movimento nacionalista, embora o Sr. Benje e outros velhos estejam com receio por eu ser mulher.”<sup>70</sup>*

Um outro grupo, constituído por alguns dos mais conhecidos independentistas<sup>71</sup> redigiu, em 1956, um manifesto que propunha a criação de um amplo movimento popular de libertação de Angola dando, assim, origem ao partido político do MPLA que acabou por ir agregando um conjunto de organizações clandestinas que se multiplicavam nos finais da década de 50.

---

<sup>70</sup> Diário de Deolinda Rodrigues.

<sup>71</sup> Viriato da Cruz, Ilídio Machado, António Jacinto.

Também em Portugal, as ideias anticoloniais se cruzavam com ideologias revolucionárias e movimentos literários. Destacam-se algumas personalidades como, por exemplo António Agostinho Neto ou Lúcio Lara, Marcelino dos Santos, Amílcar Cabral ou Mário de Andrade eram referências para as novas gerações de estudantes que chegavam da colónias. Neste sentido, a Casa dos Estudantes do Império<sup>72</sup> desempenhou um papel muito importante, na medida em que acabou por se tornar um centro de consciencialização política para combater o regime colonial de Salazar.

- “Há que se reconhecer que (a Casa dos Estudantes do Império) foi uma fonte de nacionalismo, a nível de todas as colónias (...)”.<sup>73</sup>

O dia 15 de março de 1961 terá sido, na perspetiva destes primeiros combatentes pela independência, que forçou Portugal a ter de escolher: aceitar a independência de Angola ou fazer a guerra.

Estava criado o lema: “*Angola é nossa*”.

---

<sup>72</sup> Criada em 1944.

<sup>73</sup> Testemunho de Benigno V. Lopes, estudante, guerrilheiro e comandante.

## Parte II

### Ir para voltar

Neste capítulo descreve-se um ou outro momento mais difícil sobre o conflito no terreno propriamente dito.

Em função da resposta dos portugueses para reprimir as primeiras revoltas, a resistência, no Norte de Angola, organizou várias frentes: em Nambuangongo, na Belavista, no Kitexe e na zona de Zala. Nesta última, relata-se um ataque em forma de emboscada na mata a um pelotão de cavalaria que se encontrava em reconhecimento.

Depois da recuperação, por parte dos portugueses, das fazendas em Nambuangongo, na região da Zala e nos Dembos, verificou-se um êxodo da população desses regiões para se refugiarem nas matas. Os rebeldes partiram então das matas em direção ao Congo Léopoldville, registando-se um elevado número de jovens que se juntaram para organizar a luta armada.



**Figura 4** – Rotas de fuga para Matadi, no Congo Léopoldville. Fonte: Associação Tchiweka de Documentação.

Deolinda Rodrigues, uma combatente e guerrilheira angolana, descreve, a partir de Nova Iorque, esta fuga para Matadi<sup>74</sup> da seguinte forma:

- “(...) hoje a TV apresentou o escape da nossa gente do Norte de Angola para Matadi (...) homens, mulheres e crianças com mochilas às costas (...) sem dúvida (...) a nossa gente que está em Angola e a reação que está em Portugal está, mais do que nunca num cerco (...) mas isto é só o princípio (...) a luta não vai parar até à arrancada final. É preferível a morte em legítima defesa e para a conquista da liberdade e dignidade do que a morte passiva no silêncio imposto pelo colonialismo português e seus compadres colonialistas”.<sup>75</sup>



**Figura 5** - Agostinho Neto, Ernesto “Che” Guevara e Lúcio Lara. Fonte: Associação Tchiweka de Documentação.

Nos primeiros anos, a luta de guerrilha concentrava-se no Norte de Angola. As rádios internacionais desempenharam um auxílio muito importante à causa independentista, na medida em que ajudaram a contornar a censura imposta pelo regime colonial.

Neste período destacaram-se os apoios concedidos por outros países aos guerrilheiros em Angola. Por um lado, o MPLA de Agostinho Neto granjeia o suporte e o treinamento

---

<sup>74</sup> Matadi é a capital da província do Congo Central, na República Democrática do Congo, junto à fronteira norte de Angola.

<sup>75</sup> Diário de Deolinda Rodrigues, 11 de abril de 1961.

militar de Cuba, com destaque para Ernesto “Che” Guevara. Por outro, Jonas Savimbi, tornou-se dissidente da FNLA, afastando-se de Holden Roberto e do GRAE<sup>76</sup> e preparava-se para constituir a sua própria organização política – a UNITA - juntamente com outros dissidentes da FNLA. Nesta fase foi importante o apoio concedido pela China que procurava, sobretudo, um equilíbrio de influências no continente africano.

A partir de 1966, a zona leste de Angola tornou-se o maior desafio para o exército português, no sentido em que a atividade guerrilheira espalhava-se por uma área cada vez maior.

Após dez anos de guerra e apesar da crença dos angolanos de que Portugal, efetivamente, não poderia sair vencedor deste conflito, a guerrilha angolana acaba por recuar como consequência de uma nova estratégia do regime colonial português. Foram criados pela PIDE/DGS<sup>77</sup> grupos<sup>78</sup> de tropas paramilitares de angolanos que incluíam ex-guerrilheiros.

Este recuo da guerrilha ficou a dever-se, na perspetiva das testemunhas e nos depoimentos registados neste documentário, aos ataques intensos, por parte das autoridades portuguesas, com recurso ao nalpam, deslocações das populações e prisões em massa de mulheres e crianças.

No início dos anos 70, as principais organizações independentistas estavam numa situação crítica. Na FNLA<sup>79</sup>, Holden Roberto começa a ser contestado por alguns membros de quadros militares, sendo que vários deles terão sido fuzilados. No leste de Angola e com a UNITA sob pressão, Jonas Savimbi aceitou fazer um acordo temporário com as autoridades portuguesas que durou até ao final de 1973. Por sua vez, no MPLA, muitos reclamavam mudanças e começavam a contestar a liderança de Agostinho Neto.

---

<sup>76</sup> Governo Revolucionário de Angola no Exílio.

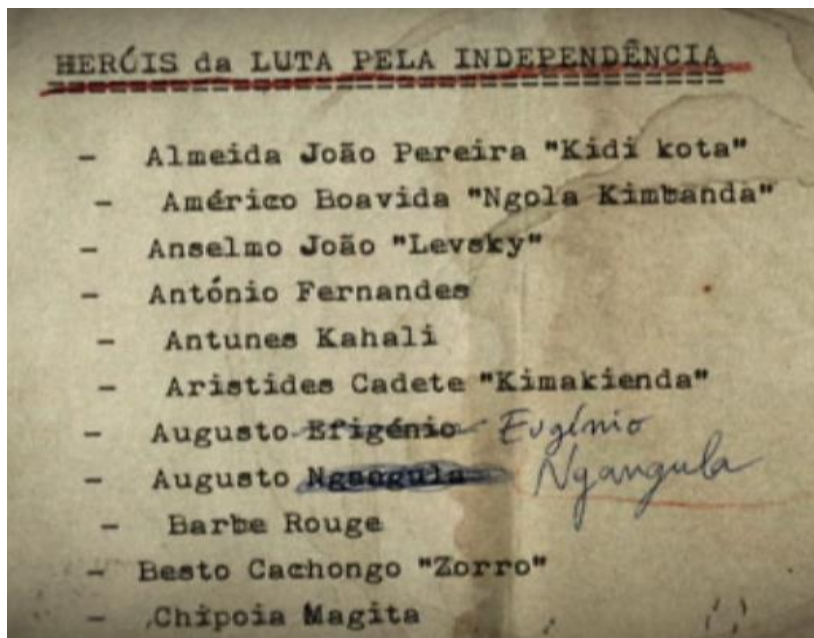
<sup>77</sup> Polícia Internacional de Defesa do Estado/Direção Geral de Segurança.

<sup>78</sup> Como por exemplo os “Flechas” criados em 1967.

<sup>79</sup> Frente Nacional de Libertação de Angola.



Apesar de alguns reajustamentos, a crise nas organizações nacionalistas foi notável até 1974 e que se caracterizou, por um lado, com uma estagnação da luta armada e, por outro, com avanços significativos das forças portuguesas. Apesar de tudo havia, ainda, alguns focos de guerrilha e de resistência.



**Figura 6** - Alguns nomes de combatentes na luta pela independência.

Fonte: Associação Tchiweka de Documentação

### Parte III

#### Os heróis e o 25 de abril de 1974

- “Todos os que lutaram e que morreram a combater (...) ou durante a sua participação na luta são heróis (...) há uns que dizem que nós, os que ficamos, somos heróis, mas não somos nada (...).<sup>80</sup>

Muitos dos combatentes pela independência perderam a vida antes de verem o sonho realizado. Muitos desses nomes estão guardados na memória coletiva do povo angolano, mas muitos mais se perderam ao longo dos anos e na agitação das lutas posteriores. No entanto, todos, eles e elas, merecem ser lembrados.

As suas vidas foram o preço da liberdade!

Mas a guerra iria continuar!

O golpe de Estado ocorrido em Portugal, teve consequências imediatas na luta de libertação, mas, na opinião de João Viera Lopes, foram sobretudo as ações dos movimentos de guerrilha em Angola, Moçambique e Guiné, a principal causa de desencadeamento do 25 de abril de 1974 em Portugal.

Para centenas, ou mesmo milhares, de presos políticos chegou, finalmente a liberdade.

A 27 de julho de 1974, António de Spínola<sup>81</sup> afirma:

“(...) ter chegado o momento de reconhecer às populações dos nossos territórios ultramarinos, o direito de tomar em suas mãos os próprios destinos”.

Começavam, assim, as negociações oficiais. A UNITA tinha anunciado o cessar-fogo em junho e, em outubro foi a vez da FNLA e do MPLA.

Chegava-se ao fim de 13 anos de guerra!

---

<sup>80</sup> Testemunho de Mário de Almeida, estudante, médico e guerrilheiro pelo MPLA.

<sup>81</sup> Intervenção do General António de Spínola, Presidente da República Portuguesa entre maio e setembro de 1974.

## CAPÍTULO 7 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este relatório não foi fácil de elaborar. As condicionantes para a sua realização foram, sem dúvida, determinantes no respetivo desenvolvimento. Refira-se que já foram realizados vários relatórios de estágio em ensino da História sobre a Guerra Colonial portuguesa com estruturas semelhantes, vários tipos de abordagens e de metodologias e, em especial, sobre a visão dos discentes sobre estes factos históricos.

Então, o que motivou a realização deste relatório?

Conforme referido anteriormente, e aproveitando o facto de lecionar a disciplina de História em escolas de currículo português em Angola, fui construindo a ideia de procurar saber qual a perspetiva dos alunos angolanos sobre a Guerra Colonial que, para eles é a luta de libertação. O que sabiam sobre tudo isto? Que ideias lhes foram transmitidas pelos seus familiares mais velhos sobre a Luta de Libertação? O ponto de partida foi a elaboração de um questionário. Reconhecendo que este mesmo instrumento poderia, talvez, ser mais bem estruturado, na medida em que algumas das questões elaboradas revestiram-se de um grau de dificuldade de interpretação e, conseqüentemente, de compreensão por parte dos discentes. Por outro lado, o desenvolvimento deste relatório mostra que houve sempre, e ao longo dos debates, o levantamento de questões paralelas que contribuíram de forma decisiva para o enriquecimento do nosso debate.

Um outro ponto de ressalva terá que ver diretamente com o facto de este ser um ano de estágio. De facto, o ano letivo 2021/2022 foi limitativo pois o horário atribuído tinha uma mancha muito significativa, isto é, com cerca de 24 tempos letivos por semana. Esta situação acabou por se transformar, inevitavelmente, numa outra condicionante.

No entanto, não procuro justificar com estas limitações eventuais falhas que este relatório possa apresentar.

Estas terão sido as principais condicionantes referidas anteriormente.

Contudo, houve, também, outros aspetos que considero muito positivos, com destaque para o interesse e a motivação dos meus alunos do 9.º ano que participaram neste projeto. Os discentes mostraram-se sempre muito entusiasmados e até ansiosos para discutirmos este tema. Foram sempre eles que me deram, muitas vezes, o alento e a força para continuar, apoiando-me e incentivando para as aulas-debate, entretanto realizadas e

colocando inúmeras questões sobre este projeto. Mas de onde vem esta vontade de participar e este entusiasmo por parte dos discentes? A resposta, a meu ver, é simples e de fácil compreensão: para além de se sentirem protagonistas no desenvolvimento do projeto e em algo novo, sentiram também, e pela primeira vez, que alguém se preocupou em conhecer, compreender e, sobretudo, escutar a suas vozes, opiniões e perspetivas. De facto, os discentes valorizaram muito esta preocupação em saber o que eles próprios, alunos angolanos, pensam sobre a Luta de libertação de Angola.

Abordar estes temas sobre a guerra colonial, neste caso em concreto sobre a Luta de Libertação de Angola, nunca foi, e continua a não ser, tarefa fácil. Ao longo das aulas sobre o tema e dos debates realizados procurei sempre mostrar-me, o mais possível, imparcial, pois o que me interessava não era dar a conhecer, nem defender, os meus pontos de vista e as minhas perspetivas sobre os acontecimentos, mas relevar os dos alunos.

Como sabemos, a interpretação do passado não é uma narrativa fechada, embora possa parecer, muitas vezes, instrumentalizada. Os debates realizados provaram exatamente isso, na medida em que os discentes, de forma inesperada se desviavam do nosso fio condutor. Tal situação, e apesar da tentativa de reorientação do debate, não é, de todo, negativa, pois a extrapolação dos assuntos pode promover novos conhecimentos e aprendizagens.

Um outro ponto muito interessante resulta do facto de ser necessário tomarmos consciência de que este conflito armado, que durou 13 anos, não pode, nem deve ser visto de forma simples. As consequências resultantes do mesmo são de uma dimensão extraordinária. Não se tratou, apenas, de um conflito armado entre os movimentos independentistas e as forças militares coloniais, na medida em que, passados mais de 40 anos sobre o fim da contenda, ainda hoje são visíveis as consequências e os traumas infligidos aos seus intervenientes, tanto angolanos como portugueses. Foi, também, um jogo político que se desenrolou num complexo quadro internacional, com interesses económico-financeiros muito importantes e com um rasto de outras consequências, nomeadamente sociais e religiosas que, ainda hoje perduram no tempo.

Neste sentido, podemos afirmar que este tema enquadra-se perfeitamente na conceção das “questões socialmente vivas”. Estas são “questões complexas abertas a controvérsia e integradas em contexto real”, na medida em que ganham tal dimensão que colocam a polémica científica e social, a complexidade, a construção dos conhecimentos, a avaliação

das evidências, a incerteza e o risco de se abordarem temas no centro do processo de ensino-aprendizagem” (Alves & Ribeiro, 2022, p. 21).

A procura de conhecimento e a consequente análise das perspectivas, opiniões e saberes daqueles que são descendentes dos que estiveram no teatro de operações, no meio do conflito, que vivenciaram e sentiram de perto as situações e as consequências do mesmo, constituem o “coração” deste projeto.

## Referências Bibliográficas

- AFONSO, Aniceto; GOMES, Carlos (2020). Guerra Colonial. Lisboa, Porto Editora.
- ALEXANDRE, Valentim (1993). *Ideologia, economia e política : a questão colonial na implantação do Estado Novo*. In *Análise Social*, Vol. XXVIII. Páginas 1117-1136.
- ALVES, Luís; RIBEIRO, Cláudia (2021). *Os passados dolorosos...de uns e de outros!* In *Sensos – Centro de Investigação & Inovação em Educação*.
- ALVES, Luís [et al.], (2012). *Ideias de alunos sobre o “seu” passado doloroso - a Guerra Colonial Portuguesa*. Em *Tempo de Histórias*. Publicação do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Brasília (PPGHIS/UnB) Nº. 21, Brasília.
- AMADO, João (Coord.). (2014). *Manual de Investigação Qualitativa em Educação*, Imprensa da Universidade de Coimbra.
- ÂNGELO, Fernando (2017). *Os Flechas – A tropa secreta da PIDE/DGS na guerra de Angola*, Casa das Letras.
- BENDER, Gerald (1980). *Angola sob o Domínio Português: mito e realidade*. Lisboa: Livraria Sá da Costa.
- DUARTE, A. E. [et al.], (1989). *Salazar e o Salazarismo*. Lisboa. Publicações D. Quixote.
- FELGAS, Hélio (1962). *Guerra em Angola*. Livraria Clássica, 2.ª ed., Lisboa.
- GUERREIRO, Duarte (2021). “O passado em primeira mão” - O ensino dos passados dolorosos na sala de aula. Relatório de Estágio em Ensino de História no 3.º ciclo do Ensino Básico e Ensino Secundário.
- LINHARES, Maria (1981). *A luta contra a metrópole: Ásia e África: 1945-1975*. 2.ª edição, São Paulo: Editora Brasiliense.
- KITZINGER, Jenny (1994). “*The methodology of Focus Groups: the importance of interaction between research participants*”. In *Sociology of Health & Illness*, Volume 16, Issue 1, January, p. 103-121.
- MARTINS, Diana (2019). *Madrinhas e Soldados – Remetente: Presente, Destinatário: Passado*. Relatório de Estágio em Ensino de História no 3.º ciclo do Ensino Básico e Ensino Secundário.
- MEIRELES, Gonçalo (2021). *Penso, logo existo. Um olhar sobre a Guerra Colonial*. Relatório de Estágio em Ensino de História no 3.º ciclo do Ensino Básico e Ensino Secundário.

- NSIANGENGO, Pedro (coord.). (2018). História – 5.ª Classe, 1.ª Edição, Edição Mensagem (revista e actualizada), Luanda.
- NSIANGENGO, Pedro (coord.). (2018). História – 6.ª Classe, 1.ª Edição, Edição Mensagem (revista e actualizada), Luanda.
- PINTO, Marcelo (2008). “Estamos Juntos!” – *O MPLA e a Luta Anticolonial 1961-1974*. Volumes I e II, Kilombelombe, Luanda.
- PINTO, Marta (2018). *Guerra Colonial- O olhar do jovem estudante português*. Relatório de Estágio em Ensino de História no 3.º ciclo do Ensino Básico e Ensino Secundário.
- REVISTA ANGOLANA DE SOCIOLOGIA (2011), n.º 8.
- RODRIGUES, Deollinda (2003). Diário de um exílio sem regresso. Edições Mayamba, Luanda.
- ROSA, João (1980). O desafio de Savimbi, Agência de Revistas Portuguesas, Lisboa.
- ROSAS, Fernando; MACHAQUEIRO, Mário; OLIVEIRA, Pedro (2015). O Adeus ao Império – 40 anos de Descolonização Portuguesa. Nova Vega, 1.ª Edição, Lisboa.
- SILVA, António (2018). O Império e a Constituição Colonial Portuguesa. Lisboa, Imprensa de História Contemporânea.
- VENTER, Al J. (2019). A Guerra de Libertação de Angola. O conflito entre colonialismo e comunismo, Clube do Autor Editora, 1.ª Edição, Lisboa.
- VISENTINI, Paulo [et al.] (2007), Breve história da África, Porto Alegre: Leitura XXI.
- WHEELER, Douglas.; PÉLISSIER, René (2011), História de Angola, Lisboa: Tinta da China.

## **Anexos**



### QUESTÕES PARA OS ALUNOS DO 9º ANO.



**Pretende-se que reflitas sobre as seguintes questões:**

1. Quando se fala em Luta da Libertação/Guerra Colonial, em que pensas em primeiro lugar? O que sentes quando abordam este tema?
2. Quais as heranças desta Luta no país, na tua família e em ti, em particular?
3. Qual foi, na tua opinião, a importância desta Luta para os angolanos?
4. Há, na tua opinião, um culpado evidente? Se sim, quem?
5. De que forma esta Luta deve ser lembrada nos dias de hoje?
6. De que modo é que a Luta de Libertação influenciará o futuro dos angolanos?
7. Consideras que este é um assunto que está presente apenas nas aulas de História?
8. Na tua opinião fará diferença estudar estes assuntos na perspetiva do currículo português, sendo vocês angolanos?

## **Apêndices**

ACTUALIZAÇÃO CURRICULAR

História  
5ª classe

# História

## 5ª classe



Apêndice I - Manual de História da 5.ª Classe, Angola, 2018

ACTUALIZAÇÃO CURRICULAR

História 6ª classe

# História

## 6ª classe



Apêndice II - Manual de História da 6.ª Classe, Angola, 2018

## TEMA 7. A LUTA DE LIBERTAÇÃO NACIONAL

Perante a insistência do regime colonial em não querer libertar o povo angolano, os nacionalistas viram-se obrigados a organizarem-se em movimentos reivindicativos, primeiro de forma clandestina e, mais tarde, de luta armada contra o colonialismo português.



Fig. 1 Fotografia de um grupo de guerrilheiros angolanos na mata.



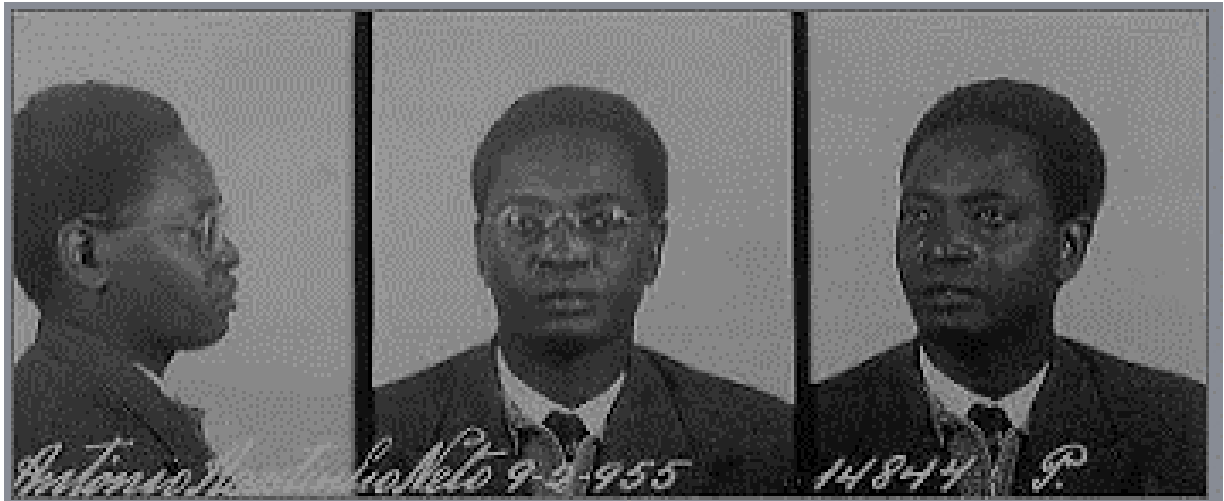
Fig. 2 Uma sessão de esclarecimento nas zonas libertadas.



Fig. 3 Destacamento Bomboko



Fig.4 Uma picada cortada durante os ataques da UPA em 15 de Março de 1961.



Apêndice IV - Fotografias de António Agostinho Neto no arquivo da PIDE. Fonte: Manual de História da 6.ª Classe, Angola, 2018

“Oh Pátria, nunca mais esqueceremos  
Os heróis do 4 de Fevereiro  
Oh Pátria, nós saudamos os teus filhos  
Tombados pela nossa independência.  
Honramos o passado e a nossa história,  
Construímos no trabalho o homem novo,  
Honramos o passado e a nossa história,  
Construímos no trabalho o homem novo,

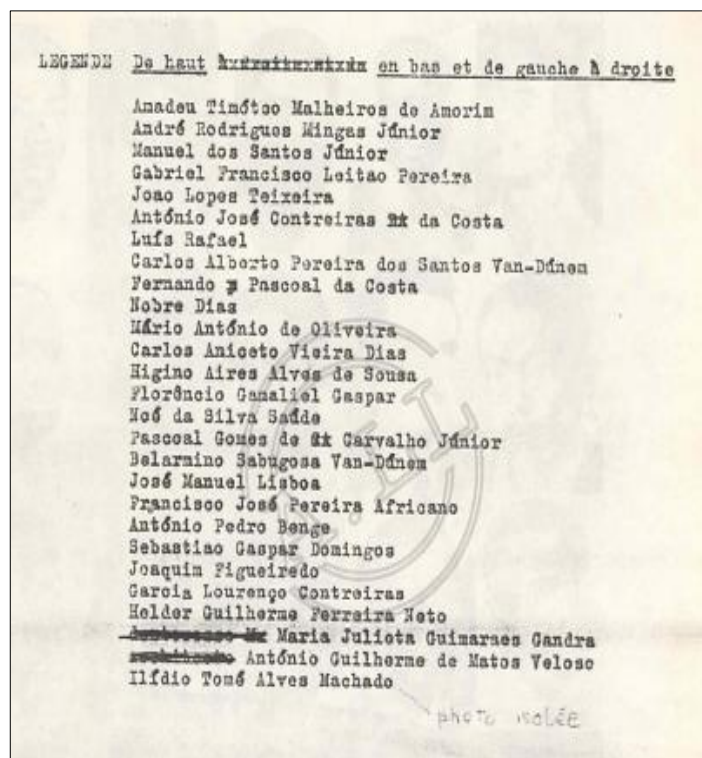
Angola, avante  
Revolução, pelo poder popular  
Pátria unida, liberdade,  
Um só povo, uma nação

Levantemos nossas vozes libertadas  
Para glória dos povos africanos.  
Marchemos, combatentes angolanos,  
Solidários com os povos oprimidos.  
Orgulhosos lutaremos pela paz  
Com as forças progressistas do mundo.  
Orgulhosos lutaremos pela paz  
Com as forças progressistas do mundo.

Angola, avante  
Revolução, pelo poder popular  
Pátria unida, liberdade,  
Um só povo, uma só nação.

Angola, avante  
Revolução, pelo poder popular  
Pátria unida, liberdade,  
Um só povo, uma só nação.”

Apêndice V : “Angola Avante” – Hino Nacional de Angola (letra de Manuel Rui Monteiro e música de Rui Vieira Dias Mingas. Fonte: **(Nsiangengo, 2018)**)



Apêndice VI - Lista com os nomes de alguns dos acusados no "Processo dos 50". Fonte: Associação Tchiweka de Documentação.



Apêndice VII - Panfleto com fotos de alguns dos acusados no "Processo dos 50". Fonte: Associação Tchiweka de Documentação.





Apêndice VIII – Proclamação da independência de Angola em 11 de novembro de 1975. Fonte: Manual de História, 5.ª Classe, 2018.

“Em nome do Povo angolano, o Comité Central do Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), proclama solenemente perante a África e o Mundo a Independência de Angola.

Nesta hora o Povo angolano e o Comité Central do MPLA observam um minuto de silêncio e determinam que vivam para sempre os heróis tombados pela Independência da Pátria. Correspondendo aos anseios mais sentidos do Povo, o MPLA declara o nosso País constituído em República Popular de Angola. Durante o período compreendido entre o encontro do Alvor e esta Proclamação, só o MPLA não violou os acordos assinados. Aos lacaios internos do imperialismo de há muito os deixámos de reconhecer como movimentos de libertação.

Quanto a Portugal, o desrespeito aos acordos de Alvor é manifesto, entre outros, no facto de sempre ter silenciado a invasão de que o nosso País é vítima por parte de exércitos regulares e de forças mercenárias. Esta invasão, já conhecida e divulgada em todo o mundo, nem sequer mereceu comentários por parte das autoridades portuguesas que, de facto, não exerceram a soberania a não ser nas áreas libertadas pelo MPLA. Por outro lado, o nosso Movimento enfrenta no terreno várias forças reaccionárias que integram uma espécie de brigada internacional fascista contra o Povo angolano. E nessa aliança incluem-se torças reaccionárias portuguesas que participam na invasão do Sul do País, que o governo português não só não combateu como legitimou tacitamente pelo silêncio e passividade.

Não obstante as organizações fantoches conluídas com exércitos invasores terem de há muito sido denunciadas pelo Povo angolano e por todas as forças progressistas do mundo, o governo português teimou em considerá-las como movimento de libertação, tentando empurrar o MPLA para soluções que significariam uma alta traição ao Povo angolano.

Mais uma vez deixamos aqui expresso que a nossa luta não foi nem nunca será contra o povo português. Pelo contrário, a partir de agora, poderemos cimentar ligações fraternas entre dois povos que têm de comum laços históricos, linguísticos e o mesmo objectivo: a liberdade.

Em Dezembro de 1956, no Manifesto da sua fundação, o MPLA vincava já a sua determinação inquebrantável de luta por todos os meios para a independência completa de Angola afirmando - «o colonialismo não cairá

sem luta. É por isso que o Povo angolano só se poderá libertar pela guerra revolucionária. E esta apenas será vitoriosa com a realidade de uma frente de unidade de todas as forças anti-imperialistas de Angola que não esteja ligada à cor, à situação social, a credos religiosos e tendências individuais; será vitoriosa graças à formação de um vasto MOVIMENTO POPULAR DE LIBERTAÇÃO DE ANGOLA». Força galvanizadora e de vanguarda do nosso Povo, o MPLA inicia heroicamente na madrugada de 4 de Fevereiro de 1961 a insurreição geral armada do Povo angolano contra a dominação colonial portuguesa.

O longo caminho percorrido representa a história heróica de um Povo que sob a orientação unitária e correcta da sua vanguarda, contando unicamente com as próprias forças, decidiu combater pelo direito de ser livre e independente.

Apesar da brutalidade da opressão e do terror imposto pelo colonialismo para asfixiar a nossa luta, o Povo angolano, guiado pela sua vanguarda revolucionária, afirmou de uma maneira irrefutável a sua personalidade africana e revolucionária. Tendo como princípio a unidade de todas as camadas sociais angolanas em torno da linha política e da formulação clara dos seus objectivos, definido correctamente os aliados, amigos e inimigos, o Povo angolano, sob a direcção do MPLA, venceu finalmente o regime colonial português.

Derrotado o colonialismo, reconhecido o nosso direito à independência que se materializa neste momento histórico, está realizado o programa mínimo do MPLA. Assim nasce a jovem REPÚBLICA POPULAR DE ANGOLA, expressão da vontade popular e fruto do sacrifício grandioso dos combatentes da libertação nacional.

Porém, a nossa luta não termina aqui. O objectivo é a independência completa do nosso País, a construção de uma sociedade justa e de um Homem Novo.

A luta que ainda travamos contra os lacaios do imperialismo que nesta ocasião se não nomeiam para não denegrir este momento singular da nossa história, integra-se no objectivo de expulsar os invasores estrangeiros, os mesmos que pretendem a neocolonização da nossa terra.

Constitui deste modo preocupação fundamental do novo Estado libertar totalmente o nosso País e todo o nosso Povo da opressão estrangeira.

Realizando concretamente as aspirações das largas massas populares, a República Popular de Angola, sob a orientação do MPLA, caminha progressivamente para um Estado de Democracia Popular. Tendo por núcleo a aliança dos operários e camponeses, todas as camadas patrióticas estarão unidas contra o imperialismo e seus agentes.

Os órgãos do Estado da República Popular de Angola guiar-se-ão pelas directrizes superiores do MPLA mantendo-se assegurada a primazia das estruturas do Movimento sobre as do Estado.

E o próprio Movimento não poderá ser nunca um organismo petrificado. Dotado de grande vitalidade e profundamente ligado à dinâmica da revolução, ir-se-á modificando quantitativamente e qualitativamente até ao grande salto que o transformará em partido no seio de uma larga frente revolucionária.

Com a proclamação da República Popular de Angola as FORÇAS ARMADAS POPULARES DE LIBERTAÇÃO DE ANGOLA (FAPLA) são institucionalizadas em exército nacional.

As FAPLA, braço armado do Povo, sob a firme direcção do MPLA constituem um exército popular que tem por objectivo a defesa dos interesses das camadas mais exploradas do nosso Povo.

Preparadas na dura luta de libertação nacional contra o colonialismo português e armadas de teoria revolucionária, continuam a ser um instrumento fundamental da luta anti-imperialista.

Às FAPLA, como força, libertadora da República Popular de Angola, caberá defender a integridade territorial do País e, na qualidade de exército popular, participar ao lado do Povo na produção para a grandiosa tarefa da RECONSTRUÇÃO

NACIONAL.

Angola é um País subdesenvolvido. Devemos ter uma profunda consciência do significado e consequências deste facto. Os índices tradicionalmente usados para definir o subdesenvolvimento são plenamente confirmados em Angola. Eles dão a imagem da profunda miséria do Povo angolano. Mas dizer que o nosso País é subdesenvolvido não basta, é necessário acrescentar imediatamente que Angola é um País explorado pelo imperialismo; que gravita na órbita do imperialismo.

Estas duas componentes conjugadas - o subdesenvolvimento e a dependência - explicam por que razão a economia de Angola é tão profundamente distorcida, com um sector dito «tradicional», ao lado de sectores de ponta, e regiões retardatárias cercando os chamados «pólos de desenvolvimento». Mas eles explicam também toda a crueza da injustiça das relações sociais.

Pondo ponto final ao colonialismo e barrando decididamente caminho ao neocolonialismo, o MPLA afirma, neste momento solene, o seu propósito firme de mudar radicalmente as actuais estruturas, definindo desde já que o objectivo da reconstrução económica será a satisfação das necessidades do Povo.

Longo caminho teremos de percorrer. Teremos de pôr a funcionar em pleno a máquina económica e administrativa, combater o parasitismo de todo o tipo, acabar progressivamente com as distorções entre os sectores da economia, entre as regiões do País, edificar um Estado de Justiça Social.

A economia será planificada para servir o homem angolano e nunca o imperialismo devorador. Ela será permanentemente orientada para uma economia auto-centrada, isto, é, realmente angolana.

A luta pela Independência económica será, conseqüentemente uma constante da nossa estratégia.

Assim; coerente com as linhas traçadas; a República Popular de Angola lançar-se-á cada vez mais em projectos de industrialização das nossas próprias matérias-primas e mesmo em projectos de indústria pesada.

No entanto, tendo em conta o facto de Angola ser um País em que a maioria da população é camponesa, o MPLA decide considerar a agricultura como a base; e a indústria como factor decisivo do nosso progresso. O Estado angolano terá assim a capacidade de resolver com justiça o grave

problema das terras e promoverá a criação de cooperativas e empresas estatais no interesse das massas camponesas.

As actividades privadas, mesmo as estrangeiras, desde que úteis à economia da Nação e aos interesses do Povo, serão em seu nome protegidas e encorajadas, tal como estabelece o Programa Maior do nosso Movimento.

A República Popular de Angola estará aberta a todo o mundo para as suas relações económicas. Aceitará a cooperação internacional com o pressuposto indiscutível de que a chamada «ajuda externa» não deve ser condicionada ou condicionante.

A longa história do MPLA demonstra à evidência que como força dirigente da República Popular de Angola jamais trairá o sagrado princípio da Independência Nacional.

As nossas relações internacionais serão sempre definidas pelo princípio da reciprocidade de vantagens.

A República Popular de Angola tratará com especial atenção as relações com Portugal e, porque deseja que elas sejam duradoiras, estabelecê-las-á numa base nova despida de qualquer vestígio colonial. O actual contencioso com Portugal será tratado com serenidade para que não envenene as nossas relações futuras.

É evidente que numa primeira fase a nossa economia se ressentirá com a falta de quadros. Para responder a esta carência será elaborado um plano expedito de formação de quadros nacionais, ao mesmo tempo que se apelará para a cooperação internacional nesse domínio. As nossas escolas, a todos os níveis, deverão sofrer uma remodelação radical para que possam de facto servir o Povo e a reconstrução económica. O imperialismo não desarma. Vencido o colonialismo, pretende agora impor-nos novo regime de exploração e opressão utilizando os seus lacaios internos, na vã tentativa de destruir as conquistas já alcançadas pelo Povo.

A determinação revolucionária do nosso Povo de combater a exploração do homem pelo homem, a contradição antagónica que nos separa dos inimigos impõe-nos uma nova guerra Libertadora que assume a forma de Resistência Popular Generalizada e que será prosseguida até à vitória final.

Neste contexto reveste-se de preponderante importância a produção como frente de combate e condição basilar e vital para o avanço da nossa resistência. E para dar unidade de acção a todo o esforço produtivo do nosso Povo, para tirar o máximo rendimento do trabalho das massas, para que seja efectivamente garantido o apoio às gloriosas FAPLA, a República Popular de Angola tomará todas as medidas necessárias para enfrentar a situação decorrente da invasão do nosso País.

A República Popular de Angola reitera solenemente a decisão de lutar pela integridade territorial de Angola opondo-se a toda e qualquer tentativa de desmembramento do País.

A República Popular de Angola considera tarefa prioritária, vital e inalienável a expulsão dos exércitos zairenses e sul-africanos, e dos fascistas portugueses, assim como as dos fantoches angolanos e mercenários de várias origens, que constituem as forças conjugadas do imperialismo na agressão ao nosso País. A nossa luta anti-imperialista, sob a forma de resistência, é a expressão de uma irreductível contradição de classe, que opõe os interesses do nosso Povo aos do, imperialismo internacional. Porém, as contradições existentes no seio

do Povo, entre as várias classes e grupos sociais anti-imperialistas, pertencem à categoria de contradições secundárias, e como tal devem ser resolvidas.

A República Popular de Angola propõe-se dinamizar e apoiar a instauração do Poder Popular à escala nacional. As massas trabalhadoras exercerão assim o poder a todos os escalões, única garantia da formação do homem novo e do triunfo da nossa revolução. A República Popular de Angola considera como um dever patriótico inalienável e de honra a assistência privilegiada e a protecção especial aos órfãos de guerra, aos diminuídos e mutilados de guerra pelos sacrifícios consentidos na luta de libertação nacional. Envidará ainda todos os esforços, no sentido da reintegração completa na sociedade de todas as vítimas da guerra de libertação nacional. A República Popular de Angola reafirmará o propósito inabalável de conduzir um combate vigoroso contra o analfabetismo em todo o País, promover e

difundir uma educação livre, enraizada na cultura do Povo angolano. O Estado realizará todos os esforços para instituir à escala nacional uma assistência médica e sanitária eficiente, dirigida fundamentalmente às massas camponesas até agora privadas desse direito pelo colonialismo.

Preocupação dominante do novo Estado será também a abolição de todas as discriminações de sexo, idade, origem étnica ou racial e religiosa, e a instituição rigorosa do justo princípio: - «a trabalho igual, salário igual». A República Popular de Angola, sob a orientação justa do MPLA, estimulará o processo da emancipação da mulher angolana, direito conquistado através da sua participação na luta de libertação nacional e na produção para a resistência generalizada do nosso Povo. A República Popular de Angola afirma-se um Estado laico com separação completa da Igreja do Estado, respeitando todas as religiões e protegendo as igrejas, lugares e objectos de culto e instituições legalmente reconhecidas.

A República Popular de Angola, ciente da sua importância e das responsabilidades que lhe cabem no contexto da África Austral e do mundo, reitera a sua solidariedade para com todos os povos oprimidos do mundo, em especial os povos do Zimbábue e da Namíbia contra a dominação racista.

O Povo de Angola, sob a orientação da sua vanguarda revolucionária o MPLA, exprime a sua solidariedade militante para com o povo da África do Sul na sua luta contra o regime racista que o oprime. Reafirma a sua solidariedade combatente e militante com os povos de Moçambique, Guiné-Bissau e Cabo Verde, São Tomé e Príncipe e com as suas vanguardas revolucionárias, FRELIMO, PAIGC e MLSTP, companheiros das horas difíceis da nossa luta comum.

Reafirma a sua solidariedade militante e combatente com o povo de Timor dirigido pela sua vanguarda revolucionária a FRETILIN.

Reafirma a sua solidariedade com o povo palestino na sua justa luta pelos seus direitos nacionais contra o sionismo.

Alcançada a Independência Nacional, o MPLA e o Povo angolano agradecem comovidos a ajuda prestada por todos os povos e países amigos à nossa luta heróica de libertação nacional.

O nosso agradecimento dirige-se a todos os povos e países africanos que estiveram do nosso lado, aos países socialistas, às forças revolucionárias portuguesas, às organizações progressistas e governos de países ocidentais que souberam compreender e apoiar a luta do Povo angolano. A República Popular de Angola, soberana, manterá relações diplomáticas com todos os países do mundo, na base dos princípios de respeito mútuo, da soberania nacional, não ingerência, de respeito pela integridade territorial, não agressão, igualdade e reciprocidade de vantagens, e da coexistência pacífica.

A República Popular de Angola, Estado africano, livre e independente, exprime a sua adesão aos princípios da Carta da Unidade Africana e da Carta das Nações Unidas.

A política externa da República Popular de Angola, baseada nos princípios de total independência, seguidos desde sempre pelo MPLA será de não alinhamento.

A República Popular de Angola saberá respeitar os compromissos internacionais que assumir, assim como respeitará as vias internacionais que utilizam o seu território.

A República Popular de Angola, País empenhado na luta anti-imperialista, terá por aliados naturais os países africanos, os países socialistas e todas as forças progressistas do Mundo.

Compatriotas, Camaradas!

No momento em que o Povo angolano se cobre de glória pela vitória do sacrifício dos seus melhores filhos, saudamos na República Popular de Angola o nosso primeiro Estado, a libertação da nossa querida Pátria.

De Cabinda ao Cunene, unidos pelo sentimento comum de Pátria, cimentado pelo sangue vertido pela liberdade, honramos os heróis tombados na longa resistência de cinco séculos e seremos dignos do seu exemplo.

Respeitamos as características de cada região, de cada núcleo populacional do nosso País, porque todos de igual modo oferecemos à Pátria o sacrifício que ela exige para que viva.

A bandeira que hoje flutua é o símbolo da liberdade, fruto do sangue, do ardor e das lágrimas, e do abnegado amor do Povo angolano. Unidos de Cabinda ao Cunene, prosseguiremos com vigor a Resistência Popular Generalizada e construiremos o nosso ESTADO DEMOCRÁTICO E POPULAR.

HONRA AO POVO ANGOLANO  
GLÓRIA ETERNA AOS NOSSOS HERÓIS  
A LUTA CONTINUA!  
A VICTÓRIA É CERTA!”

Apêndice IX: Texto da Proclamação da Independência de Angola, pelo Dr. António Agostinho Neto, às zero horas do dia 11 de Novembro de 1975. Fonte: Manual de História da 6.ª Classe, 2018



Apêndice X - Monumento a Agostinho Neto, na Praça da Independência, Luanda. Fonte: Manual de História da 6.ª Classe, 2018.